



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Miguel Celestino Carvalho Marques

**O ciclo de intervenção com famílias  
em contexto comunitário**





**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Miguel Celestino Carvalho Marques

## **O ciclo de intervenção com famílias em contexto comunitário**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Estudos da Criança  
Área de especialização em Intervenção Psicossocial  
com Crianças e Famílias

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Ana Maria Tomás Almeida**  
e da  
**Professora Doutora Ana Maria Silva Pereira Henriques  
Serrano**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### ***Licença concedida aos utilizadores deste trabalho***



**Atribuição  
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

## **AGRADECIMENTOS**

Nenhum caminho passível de ser traçado, exclui a participação, direta ou indireta, de alguém na nossa vida.

Tenho o maior gosto em deixar uma palavra de agradecimento àqueles que contribuíram de forma decisiva para a conclusão do projeto de dissertação.

Às minhas orientadoras, Professora Dra. Ana Maria Tomás Almeida e Professora Doutora Ana Maria Silva Pereira Henriques Serrano, pelo apoio pessoal e académico que sempre me prestaram; pela confiança; pela sensibilidade; pela compreensão; pela abertura e por todos os momentos de partilha proporcionados.

À Dra. Sílvia Fernandes Oliveira, profissional do Gabinete de Apoio à Parentalidade, por todo o apoio, empenho e disponibilidade que demonstrou desde o início do processo de investigação. Foi, de facto, uma colaboração frutífera e que sem ela, este trabalho não seria possível.

À minha mãe, Anália, que, considerando a circunstância delicada e penosa que nos afligiu, pouquíssimo antes ao início deste projeto, soube arranjar e partilhar, com o seu filho, uma força admirável e motivá-lo a continuar para a investigação de mestrado. Uma verdadeira prova de abnegação e resiliência.

Uma palavra de agradecimento a todos aqueles que me são mais próximos e que, à sua maneira, exprimiram palavras de carinho e motivação. Pessoas que sempre acreditaram nas minhas competências e nunca me deixaram sentir sozinho.

E, por último, mas não menos importante, a todos aqueles que garantem o normal funcionamento da Universidade do Minho e instalações afetas; às equipas docentes, reitoral, aos investigadores, aos profissionais dos SASUM, a todos, uma palavra de reconhecimento e agradecimento, pois sem o vosso trabalho e dedicação não me era possível apresentar este projeto e ter ganhado um maior dinamismo, cultura e sensibilidade.

*A todos, o meu mais sincero obrigado.*

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## **O ciclo de intervenção com famílias em contexto comunitário**

### **Resumo**

A parentalidade positiva é uma expressão cada vez mais referenciada na atualidade e nos mais variados domínios de estudo e apoio à família, abrangendo áreas temáticas de grande relevância no que concerne à promoção de ambientes familiares resilientes, saudáveis e marcados por estabilidade. Destaque-se o contributo das respostas sociais de apoio à família imprescindíveis à diversificação dos tipos e formatos de apoio, à melhoria da sua acessibilidade a todas as famílias, ao dismantelamento de barreiras e estigmas. Sobretudo quando se reconhece que as necessidades de apoio não se esgotam em carências materiais ou instrumentais; e que as necessidades socioemocionais que decorrem das exigências da parentalidade requerem um bom relacionamento com os profissionais e os serviços de apoio. Com o objetivo de estudar, compreender e conhecer a essência do funcionamento de uma resposta social de apoio à família, este projeto de investigação optou por realizar um estudo de caso. Privilegiou-se o estudo aprofundado de um Gabinete de Apoio à Parentalidade, uma resposta comunitária singular a nível nacional e particularmente inovadora no âmbito das respostas locais. O foco do estudo prioriza a visão sobre os profissionais, nomeadamente, em relação às suas competências e às boas práticas relativas ao apoio à parentalidade. Recorrendo à metodologia qualitativa de estudo de caso, procurou-se reunir, através de encontros on-line com a profissional do Gabinete, informações alusivas à estrutura e dinâmica interna do deste. Para o tratamento e análise de dados recorreu-se à análise de conteúdo (Bardin, 2011; Gibbs, 2007) e à organização dos temas num sistema de categorias (6) e subcategorias (14) que se afiguraram um complemento para integrar de forma compreensiva a estrutura e funcionamento do Gabinete de Apoio à Parentalidade, a sua esfera de atuação, os procedimentos de intervenção e a forma como envolve os pais/famílias em todo o processo de ajuda. Os resultados enaltecem o papel de uma estrutura comunitária de apoio à parentalidade e à família que se caracteriza pela proximidade, adequação e respeito pelas culturas e tipologias familiares e a colaboração com a rede de profissionais e serviços de apoio. Na discussão e conclusões remete-se para as implicações da diversidade de serviços de apoio, do trabalho sistémico e da importância deste na mobilização de recursos humanos e materiais, bem como na facilitação do acesso a informações privilegiadas sobre as famílias em acompanhamento.

**Palavras-chave:** Estudo de Caso; Gabinete de Apoio à Parentalidade; Parentalidade Positiva; Poder Local.

## **The cycle of intervention with families in a community contexto**

### **Abstract**

Positive parenting is an expression increasingly referenced nowadays and in the most varied fields of study and family support, covering thematic areas of great relevance with regard to the promotion of resilient, healthy and stable family environments. The contribution of social responses to support the family, essential to the diversification of types and formats of support, to the improvement of its accessibility to all families, to the dismantling of barriers and stigmas, should be highlighted. Especially when it is recognized that support needs are not limited to material or instrumental needs; and that the socio-emotional needs arising from the requirements of parenting require a good relationship with professionals and support services. In order to study, understand and know the essence of the functioning of a social support response to the family, this research project chose to carry out a case study. Priority was given to the in-depth study of a Parenting Support Office, a unique community response at national level and particularly innovative in terms of local responses. The focus of the study prioritizes the vision of professionals, namely, in relation to their skills and good practices related to parenting support. Using the qualitative methodology of case study, we tried to gather, through online meetings with the professional of the Office, information alluding to the structure and internal dynamics of the latter. For the treatment and analysis of data, content analysis was used (Bardin, 2011; Gibbs, 2007) and the organization of themes in a system of categories (6) and subcategories (14), which appeared to be a complement to comprehensively integrate the structure of the Parenting Support Office, its sphere of action, the intervention procedures and the way it involves parents/families in the entire help process. The results highlight the role of a community structure to support parenting and the family that is characterized by proximity, adequacy and respect for cultures and family typologies and collaboration with the network of professionals and support services. The discussion and conclusions refer to the implications of the diversity of support services, systemic work and its importance in mobilizing human and material resources, as well as facilitating access to privileged information about the families being followed.

**Keywords:** Case Study; Parenting Support Office; Positive Parenting; Local Government.

## Índice Geral

---

Índice Geral .....	vii
Lista de Quadros .....	viii
Lista de Figuras .....	viii
Lista de Tabelas .....	viii
Lista de Anexos .....	viii
1. Introdução .....	1
2. Enquadramento Teórico .....	3
2.1. Parentalidade e Parentalidade Positiva .....	3
2.2. Políticas sociais de apoio à família e parentalidade .....	6
2.3. Políticas Sociais .....	8
2.4. Boas práticas profissionais para o apoio à parentalidade positiva .....	8
3. Ciclo de Intervenção Comunitário .....	16
4. Método .....	20
4.1. Desenho do estudo de caso .....	21
4.2. Contextualização do Estudo de Caso .....	23
4.3. Rede Social .....	30
4.4. Objetivos .....	31
4.4.1. Objetivos Gerais .....	31
4.4.2. Objetivos Específicos .....	31
4.5. Procedimentos .....	31
4.6. Papel do investigador .....	32
4.7. Participantes .....	32
4.8. Estratégia de Recolha de Dados .....	32
4.9. Tratamento e Análise de Dados .....	34
5. Resultados .....	37
6. Discussão e conclusões finais .....	49
7. Referências Bibliográficas .....	54
8. Anexos .....	58

## **Lista de Quadros**

**Quadro n.º 1:** Princípios da Parentalidade Positiva.

**Quadro n.º 2:** Estratégias na Intervenção de caso.

**Quadro n.º 3:** Boas práticas na valorização familiar e intervenção familiar em estudos de caso.

**Quadro n.º 4:** Características e Diretrizes para o Desenvolvimento de Medidas de Apoio a Partir de uma Abordagem Psicoeducativa e Comunitária.

**Quadro n.º 5:** Desenho de Investigação.

**Quadro n.º 6:** Categorias e Subcategorias emergentes da análise do conteúdo.

## **Lista de Figuras**

**Figura n.º 1:** Níveis da prática profissional.

**Figura n.º 2:** Pressupostos científicos consensuais sobre os quais se baseiam as boas práticas.

## **Lista de Tabelas**

**Tabela n.º 1:** Alguns dos constituintes da rede social da Câmara Municipal.

## **Lista de Anexos**

**Anexo A:** Quadro resumo da estrutura e dinâmica do Gabinete de Apoio à Parentalidade.

**Anexo B:** Relatórios de Atividade por Encontro – Gabinete de Apoio à Parentalidade.

***Ao meu melhor amigo.***

*Por infortúnio e inesperada 'partida' da vida, não chegaste a testemunhar a conclusão deste meu 2º ciclo de estudos na Universidade.*

*Pela bondade e preocupação; por todas as palavras de admiração, de estima, carinho e motivação; por todas as conversas e experiências que partilhou comigo; por todos os sacrifícios feitos para que o seu filho pudesse estudar sem que nunca sentisse quaisquer tipos de necessidades; por fazer tudo o que estava ao seu alcance para me ver sempre feliz; pela educação e valores que foram transmitidos e, sobretudo, por nunca ter duvidado de mim – a minha eterna gratidão.*

*Todos nós temos o melhor pai do mundo, e eu não escolheria outro.*

# 1. Introdução

---

A Constituição da República Portuguesa consagra a ‘família’ como uma unidade elementar da sociedade que «tem direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros»<sup>1</sup>, assumindo o direito que as crianças têm, por parte da comunidade e do Estado, à proteção «com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições»<sup>2</sup>.

O Código Civil destaca igualmente a responsabilidade que os pais têm em relação aos seus filhos, cujo foco é na sua essência o zelo pela «segurança e saúde destes, prover ao seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los, ainda que nascituros [...]»<sup>3</sup>, não sendo possível a renúncia de tais responsabilidades de acordo com o estipulado 1882.º do mesmo código, sem dano ao estipulado por lei no que toca à adoção.

Portanto, proteção à infância e juventude afigura-se como uma estratégia indispensável à criação de uma sociedade pacífica, tolerante, solidária, sendo promotora de um crescente aumento do bem-estar social e conseqüente progresso da civilização. Assim, torna-se imperativo atuar preventivamente através de políticas e entidades com competência em matéria de infância e juventude, devendo estas «promover e integrar parcerias e a elas recorrer, sempre que, pelas circunstâncias do caso, a sua intervenção isolada não se mostre adequada à efetiva promoção dos direitos e proteção da criança ou do jovem.»<sup>4</sup>, reconhecendo que a criança ou jovem pela «falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade uma protecção e cuidados especiais, nomeadamente de protecção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento»<sup>5</sup>.

Atualmente, a família vive num contexto de profundas mudanças sociodemográficas culminando num grande impacto nas relações familiares e, sobretudo, no que diz respeito ao exercício da parentalidade (Nogueira Almeida, 2020). E, apesar de profundamente fortalecedora, a tarefa de ser pai ou mãe nem sempre é fácil, bem pelo contrário, haverá momentos muito exigentes, desgastantes e frustrantes (Cruz, 2014).

---

<sup>1</sup> Constituição da República Portuguesa – artigo 67.º, ponto n.º 1.

<sup>2</sup> Idem. Ibidem. Art. 69.º, ponto n.º 1.

<sup>3</sup> Código Civil Português, 79.ª versão – artigo 1878.º, ponto primeiro.

<sup>4</sup> Lei de proteção de crianças e jovens em perigo – artigo 7.º - Intervenção de entidades com competência em matéria de infância e juventude – alínea 1.º.

<sup>5</sup> Declaração dos Direitos da Criança - Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), de 20 de novembro de 1959.

A robustez e o fortalecimento das políticas locais de apoio à família, são fundamentais na promoção de uma comunidade equilibrada, justa e que promova o correto desenvolvimento pessoal e social dos seus indivíduos. Sendo estas uma responsabilidade das Câmaras Municipais, pois consideram-se como «um pilar básico para assegurar a proteção dos menores e o seu bem-estar, assim como de toda a família e comunidade» (López, Chaves & Quintana, 2010, p. 25).

Em Portugal, a resposta formativa para apoiar os profissionais que intervêm no domínio da parentalidade é escassa, o que poderá comprometer a sua capacidade de resposta aos desafios emergentes (Nogueira Almeida, 2020).

Assim, através do atual projeto de dissertação, procurar-se-á estudar e divulgar a dinâmica de atuação dos profissionais, como também atribuir a devida notoriedade, a uma recente e pioneira resposta social no domínio da parentalidade - de âmbito municipal – o Gabinete de Apoio à Parentalidade, doravante também designado por ‘Gabinete’.

Por conseguinte, esta investigação possui cinco capítulos fundamentais a saber: o enquadramento teórico; o ciclo de intervenção comunitário; o método adotado para o atual projeto; os resultados da investigação; e a discussão e conclusões finais.

Primeiramente abordar-se-ão os conceitos e políticas existentes no domínio da parentalidade positiva, realizando um posterior enquadramento teórico a propósito das boas práticas profissionais no apoio à parentalidade positiva, necessárias à atuação profissional. Igualmente, falaremos dos aspetos relacionados com a metodologia da investigação, tratando de expor, nomeadamente, os objetivos, procedimentos, a estratégia para a recolha, tratamento e análise de dados. Antecedendo o capítulo dos resultados, que é uma componente impreterível de qualquer trabalho de investigação, onde se encontram plasmadas todas as informações obtidas no âmbito do atual projeto. Culminando no capítulo da discussão e conclusões finais, pretendendo além de concluir, aprofundar a análise e interpretação dos dados recolhidos.

## **2. Enquadramento Teórico**

---

### **2.1. Parentalidade e Parentalidade Positiva**

A parentalidade representa uma incumbência vital que marca uma das transições mais relevantes no que concerne ao desenvolvimento da pessoa e cuja forma de atuação contribui positivamente para a maturação dos que a vivem (Carvalho, 2020).

O conceito de parentalidade vincula-se diretamente aos processos de desenvolvimento humano, considerando toda a sua complexidade. Exercer a parentalidade refere-se a um conjunto de ações e atitudes, mas possui também uma dimensão simbólica. Envolve um conjunto de representações e projeções em relação ao bebé e, simultaneamente, à 'resignificação' [dar um novo significado] do seu papel de filho e da interação com os seus pais (Zornig, 2010).

Nesse sentido, o exercício da parentalidade é considerado complexo e desafiante, exigindo dos pais (ou responsáveis) que também desenvolvam um conjunto de competências capazes de promover o desenvolvimento pleno dos filhos (Barroso & Machado, 2010).

Os pais, ou responsáveis, assumem um papel fundamental e estratégico de cuidado e afeto, que contribui para a aquisição de competências da criança, sejam elas físicas, psicológicas, motoras, sociais ou cognitivas. São figuras centrais no estabelecimento das primeiras interações, determinantes na primeira infância, para a construção da capacidade de resposta, da resiliência e da autonomia (Martínez, 2010).

O termo parentalidade, de acordo com Camilo, Garrido e Sá (2012) no seu programa de intervenção para pais, citando Jones (2001), deve ser entendido «como o conjunto de tarefas e comportamentos dos pais necessários à gradual autonomia da criança, devendo ser adaptados à medida que a criança se desenvolve.» (p. 6). Sanders e Ralph (2004), citados por Camilo, Garrido e Sá (2012), explicam que as «dimensões da parentalidade não são estáticas pois dependem das necessidades de desenvolvimento da criança, e são influenciadas por variáveis do contexto e variáveis psicológicas e de funcionamento interpessoal dos pais» (p. 6). Segundo estes três autores, a capacidade parental envolve: «cuidados básicos, segurança, suporte emocional, estimulação, orientação e limites e estabilidade» (p. 7).

Para o desempenho deste papel tão exigente, é fundamental que, além de um conjunto de habilidades individuais, as interações desses pais com os contextos em que estão inseridos em todos os níveis, seja capaz de proporcionar redes de apoio e proteção para o exercício da parentalidade

(Barroso & Machado, 2010). Sendo igualmente importante considerar a capacidade parental associada à estrutura e ao contexto familiar (*Framework for the Assessment of Children in Need and their Families*, 2000).

A recomendação 19 do Comité de Ministros do Conselho da Europa (2006), define 'parentalidade' como

«um comportamento parental baseado no melhor interesse da criança, que assegura a satisfação das suas necessidades e a sua capacitação, sem violência, proporcionando-lhe o reconhecimento e a orientação necessários, o que implica o estabelecimento de limites ao seu comportamento, para possibilitar o seu pleno desenvolvimento» (p. 3).

Neste sentido, para Portugal e Alberto (2013), a qualidade no exercício da parentalidade, envolve aspetos objetivos e subjetivos, individuais e sociais, relacionados à dinâmica familiar, nível socioeconómico, idade, sexo, padrão cultural, redes de proteção, entre outros.

A essência da Recomendação prende-se, no entanto com a responsabilidade dos Estados-Membros no reforço do apoio aos pais.

Tomás de Almeida (2020) destaca a relevância de apoiar os pais

«exercerem as responsabilidades parentais para garantir os direitos da criança, mas simultaneamente assegurando que os pais e o contexto familiar em que às crianças é dado viverem e crescerem têm recursos para assegurar o seu bem-estar e o desenvolvimento integral das suas capacidades» (p. 1).

Ambicionando uma persecução pragmática e eficaz de resultados positivos, no âmbito do trabalho com os pais/famílias, considera-se como relevante ter como pilar um conjunto de fundamentos norteadores de uma toda atuação.

Com base na análise e investigações de López et al. (2010), reconhece-se a relevância dos seis eixos estruturantes gerais e transversais ao exercício e promoção da parentalidade positiva que contribuem para um adequado desenvolvimento da criança em termos físicos e mentais.

Os princípios<sup>6</sup> basilares são os seguintes:

**Quadro n.º 1:** Princípios da Parentalidade Positiva.

---

**Princípios da Parentalidade Positiva**

1. Vínculo Afetuoso Caloroso

---

2. Ambiente Estruturado

---

3. Estimulação e Apoio

---

4. Reconhecimento

---

5. Capacitação

---

6. Educação Sem violência

---

**Fonte:** López, Chaves e Quintana (2010). *Parentalidad positiva y políticas locales de apoyo a las familias. Orientaciones para favorecer el ejercicio e las responsabilidades parentales desde las corporaciones locales*, p. 12.

De forma que os menores se sintam aceites e prezados, é importante fortalecer os laços familiares através da promoção de vínculos afetivos calorosos – num ambiente estruturado que possibilite a aprendizagem de normas e valores através do modelo, guia e supervisão dos membros; neste segundo princípio, supõe-se que exista um conjunto de rotinas e hábitos que favoreçam, os menores, em termos de aprendizagens e de experiência; considera-se fulcral estimular e apoiar toda a aprendizagem quotidiana e escolar com o intuito de fomentar a motivação das capacidades destes, reconhecendo o valor dos filhos e filhas demonstrando «interesse pelo seu mundo, validar as suas experiências, envolver-se nas suas preocupações, responder às suas necessidades [...], devemos compreender e ter em conta os seus pontos de vista que vão tomando parte ativa e responsável nas decisões da família.» (López, Chaves & Quintana, 2010, p. 12); o quinto princípio é o da capacitação dos filhos e filhas, procurando potenciar a sua perceção de que são pessoas competentes e capazes de tomar decisões e considera-se importante a existência de espaços de escuta a estes; por fim, exercer uma educação desprovida de violência seja de âmbito físico seja de âmbito psicológico degradante, pois poderá incitar à ao encadeamento de modelos inapropriados de relação interpessoal, tornando-os vulneráveis numa relação de dominação e imposição (López, Chaves & Quintana, 2010).

---

<sup>6</sup> Tanto na designação como explicação destes princípios, recorreu-se à tradução livre.

## **2.2. Políticas sociais de apoio à família e parentalidade**

A política social define-se como uma intervenção direcionada à promoção e garantia do bem-estar, sendo esta uma área de atuação pública com finalidades sociais, entendida pelos interventores sociais como uma forma de promover e garantir os direitos sociais do cidadão (Ferreira, 2011).

De acordo com este autor, política social – conceptualmente - traduz-se na regulação social promovida pelo Estado que define o âmbito e a configuração das provisões sociais dos cidadãos e, inclusive, estabelece quais as necessidades sociais que serão satisfeitas num todo.

Desde a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), considerado como um manuscrito de referência nacional e internacional, resultante de um acordo estipulado entre todos os países das Nações Unidas, os Estados que o subscrevem, comprometem-se a assegurar a proteção dos menores.

Esta convenção foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990, tendo entrado em vigor na ordem jurídica portuguesa a 21 de outubro de 1990.

No preâmbulo desta, são mencionados os três documentos fundamentais acima mencionados: Carta das Nações Unidas<sup>7</sup>, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração dos Direitos da Criança.

Ao longo da abertura da convenção nota-se a interceção de visões idênticas - quando comparadas com outros documentos de referência internacional - em relação ao estatuto dos eixos: crianças/jovens, família e comunidade. No final da primeira página, lê-se que é convicção dos subscritores de que

«a família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a protecção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade;»<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Assinada em São Francisco a 26 de junho de 1945, no final da Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional, e entrou em vigor a 24 de outubro de 1945.

<sup>8</sup> Cf. Convenção sobre os Direitos da Criança. (20 de novembro de 1989). Preâmbulo, p. 5.

Além das referências alusivas à Constituição da República portuguesa, ao Código Civil, aos Regimes Jurídicos e Decretos-lei que fundamentam a importância do apoio às crianças, pais e família, indicando estratégias e meios para tal, invoca-se o artigo 33.º do Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa, ponto 1.º que, à semelhança do que consta no mesmo artigo da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, afirma ser “assegurada a protecção da família nos planos jurídico, económico e social»<sup>9</sup>. Este é mais um reforço para aquilo que deve ser a prática das políticas públicas que são implementadas, nomeadamente, pelo poder local.

Mais recentemente, a recomendação 19 do Conselho da Europa (2006) emergiu em função da importância da intervenção psicossocial na parentalidade, sendo uma obrigação legal, sobretudo, quando os fatores de risco superam os de proteção (Carvalho, 2020).

Esta recomendação, a propósito da parentalidade positiva, estabelece que o intuito das políticas e medidas neste âmbito

«deverá ser o desenvolvimento harmonioso (em todas as suas dimensões) e a prestação de cuidados adequados às crianças, com o devido respeito pelos seus direitos fundamentais e dignidade. Como prioridade, deverão ser tomadas medidas para eliminar toda a negligência, abuso e violência física e/ ou psicológica contra crianças (incluindo a humilhação, o tratamento degradante e o castigo físico).»<sup>10</sup>

Referindo também ser fundamental a implementação e desenvolvimento de uma política ajustada para uma mudança nas atitudes e padrões sociais, de modo a suprir as necessidades «das crianças, dos pais e das famílias e para, especificamente, promover ambientes laborais e serviços amigos da família»<sup>11</sup>.

Assim, como explica Tomás de Almeida (2020), em Portugal, a interseção das políticas de apoio às famílias e das medidas de proteção social para as famílias pobres, por um lado, com a lei de proteção de crianças e jovens em perigo possibilita que se dê prioridade ao acesso à educação parental por parte das famílias carenciadas e que se encontrem em risco psicossocial; a título de exemplo: as famílias sinalizadas e acompanhadas pelos serviços sociais, pelas equipas do Rendimento

---

<sup>9</sup> Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa. [https://europa.eu/european-union/sites/default/files/docs/body/treaty\\_establishing\\_a\\_constitution\\_for\\_europe\\_pt.pdf](https://europa.eu/european-union/sites/default/files/docs/body/treaty_establishing_a_constitution_for_europe_pt.pdf).

<sup>10</sup> Recomendação 19 do Comité de Ministros do Conselho da Europa para os Estados-Membros sobre a Política de Apoio à Parentalidade, p. 4.

<sup>11</sup> Idem. Ibidem, p. 4.

Social de Inserção (RSI), pelos Centros de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental (CAFAP), todavia, inclusive, também pelos Centros de saúde, equipas dos Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco, pelas escolas, pelos serviços de segurança de entre outras 'instituições' que prestam auxílio à família.

### **2.3. Políticas Sociais**

As políticas públicas desenvolvidas no domínio da proteção social, promoção da igualdade e da justiça, entre outras, no decorrer dos últimos 30 anos, têm por base a Constituição da República aprovada em 1976 e das suas sucessíveis revisões, que procurou consolidar o seu carácter social e democrático do estado (Rodrigues & Silva, 2016). Estes tipos de políticas devem contribuir para o fomento de uma sociedade civil ativa e participativa, envolvida na criação de redes de solidariedade que possibilitem reforçar o papel da comunidade, cidadãos e das instituições (Ferreira, 2011, p.143).

Neste contexto, as autarquias desempenham um papel fundamental na aplicação de tais orientações através das suas políticas, nomeadamente, ao que à esfera social diz respeito. E no domínio de interesse do atual projeto, destaca-se, a propósito da atuação do poder local, o que sublinhavam López, Chaves e Quintana (2011), ao declararem que os serviços sociais dos municípios devem dar resposta a uma ampla variedade de situações familiares, desde as de baixo risco que podem beneficiar de suporte ocasional com vista ao seu fortalecimento, às de médio e alto risco que exigem outros apoios a nível de grupo ou individual.

Mais à frente, aprofundar-se-á esta matéria a respeito das competências atribuídas às Câmaras Municipais, recorrendo aos regimes jurídicos subjacentes.

### **2.4. Boas práticas profissionais para o apoio à parentalidade positiva**

O conceito de boas práticas é utilizado numa grande variedade de contextos para se referir a maneiras ideais de executar procedimentos que poderão vir a servir como modelos para as organizações (López, Chaves & Quintana, 2011), sendo que as práticas parentais tradicionais carecem de uma constante revisão à luz da evidência científica por forma a organizar a desordem familiar contemporânea (Carvalho, 2020).

Prestar auxílio às famílias poderá acontecer em qualquer momento e requerer um apoio multidisciplinar. Segundo Martins e Almeida (2017), «reconhecendo que o exercício da parentalidade é uma tarefa complexa, facilmente verificamos a necessidade de intervir junto das famílias. Atendendo a estes factos, também concluímos que, em algum momento da sua vida, os pais poderão necessitar de

ajuda» (p. 280), considerando-se assim fundamental que os profissionais detenham uma preparação adequada para intervirem tendo por base boas práticas profissionais.

As boas práticas associam-se a toda a experiência pautada por princípios, objetivos e procedimentos apropriados ou diretrizes que são recomendáveis que se adequam a uma determinada perspectiva normativa ou a parâmetros consensuais (López, Chaves & Quintana, 2011, p. 17). Igualmente, de acordo com estes autores, as boas práticas profissionais poder-se-ão relacionar com qualquer experiência que tenha produzido resultados positivos e, conseqüentemente, demonstrado a sua eficácia e utilidade num contexto particular.

A divulgação de 'boas práticas' poderá contribuir, mesmo que a teoria ainda não tenha evoluído a tal ponto, para descobertas e conduzir a progressos em termos de soluções eficazes fundamentadas na identificação e sistematização de práticas mais bem-sucedidas (Cabrera, 2003).

De acordo com o «*Framework for the Assessment of Children in Need and their Families*» (2000), os serviços sociais deveriam realizar uma análise sobre a capacidade de um adulto exercer um conjunto de responsabilidades parentais em relação a um menor, explicando, que uma intervenção precoce é essencial para prevenir problemas externos à família, pois estes poderão desempenhar um impacto na atividade parental.

Portanto, considera-se necessário estabelecer parâmetros comuns entre os profissionais de uma determinada área para que seja possível a identificação e seleção de boas práticas, que venham a contribuir para a melhoria da cultura profissional – segundo abordagens contemporâneas a propósito de critérios de qualidade da intervenção psicossocial (López, Chaves & Quintana, 2011, p.17).

Um excelente exemplar da importância em garantir uma uniformização de boas práticas aquando da atuação de um profissional, reflete-se no documento: “*National Occupational Standards*” – sobre o trabalho com pais. Neste documento, são especificados os padrões de desempenho profissional no Reino Unido a propósito da parentalidade, tornando-se expectável que os profissionais atinjam os conhecimentos e habilidades necessárias para uma atuação eficaz. Este surgiu com o intuito de dar resposta às necessidades governamentais de elaboração de padrões para regular o desempenho dos profissionais da área (Carvalho, 2020).

Além da necessidade de se recorrer a documentos normativos de referência, a identificação e transferência de boas práticas profissionais no domínio da parentalidade positiva, nem sempre é fácil. Esta partilha é um princípio fulcral para uniformizar um conjunto de práticas eficazes a aplicar na

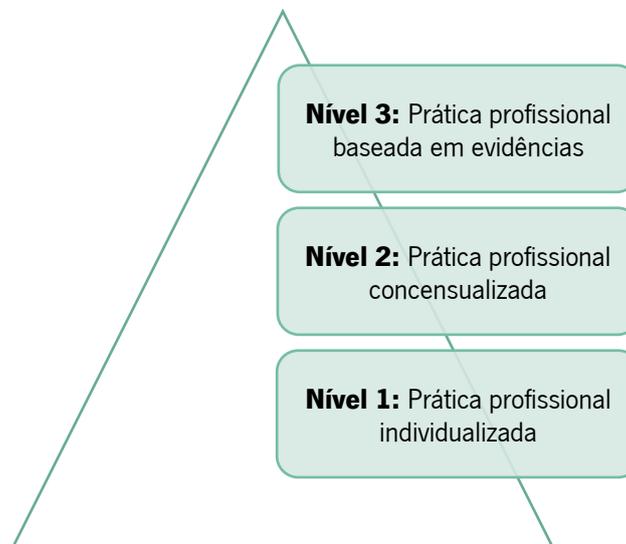
esfera da parentalidade. Sabe-se que existem vários constrangimentos que impedem a partilha e aplicação das mesmas.

A existência de barreiras ou dificuldades em termos da identificação e transferência de boas práticas entre organizações é frequente, podendo estar relacionadas com a falta de sistematização do conhecimento, faltas de informação, desconfiança em relação às informações ou por estas transferências não trazerem qualquer tipo de utilidade (López, Chaves & Quintana, 2011). Todavia, é preciso insistir no aprofundamento e troca de boas práticas profissionais, não deixando cair por terra uma metodologia essencial na prática profissional com os pais/famílias.

O guia *Buenas prácticas profesionales para el apoyo a la parentalidad positiva* (López, Chaves & Quintana, 2011), por conter informações de grande qualidade e relevo, inteiramente relacionadas com o capítulo e investigação em discussão – será mencionado ao longo deste, atribuindo-se primazia a estes autores e ao conteúdo do seu documento.

Avançando concretamente para a prática profissional, a figura seguinte representa os seus três níveis.

**Figura n.º 1:** Níveis da prática profissional.



**Fonte:** López, Chaves e Quintana (2011). *Buenas prácticas profesionales para el apoyo a la parentalidad positiva*, p 17.

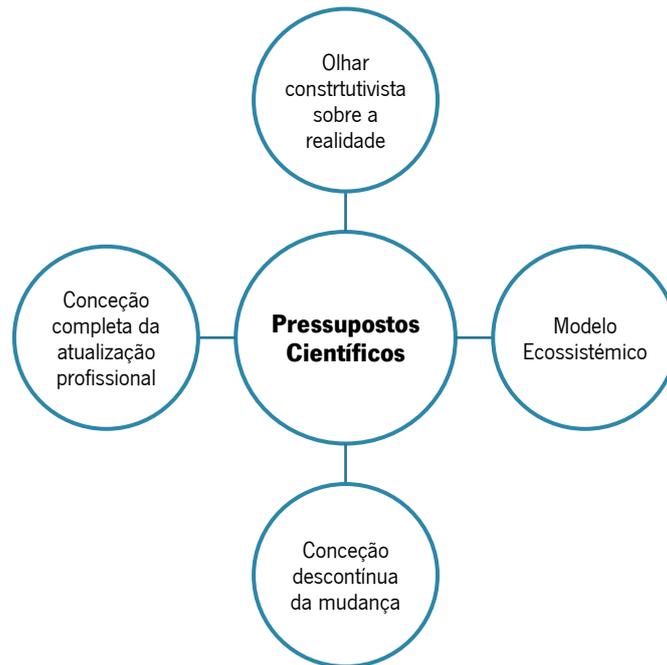
À semelhança do que explicam López, Chaves e Quintana (2011), nesta figura, o primeiro nível contempla todo o conhecimento profissional obtido em função da experiência do próprio profissional ou tendo por base a observação da atuação de outros em seu redor. O segundo nível é estruturante para as boas práticas profissionais. É neste nível que existe a transmissão de boas práticas entre os profissionais de forma a criar uma base e condições suficientes para chegar a um consenso entre estes, contribuindo para uma troca de informações entre as várias áreas de trabalho e organizações. Por outro lado, o nível três, requer uma ciência aplicada mais desenvolvida e que possa propiciar resultados úteis, provenientes de investigações. Requer, igualmente, da parte dos profissionais, um sentido de compromisso para com uma continua atualização e consulta de resultados de investigações. Apenas assim é possível desenvolver um trabalho baseado em boas práticas, onde os profissionais deverão num ato de humildade reconhecer que o seu saber profissional não é um conhecimento puro, objetivável e definido independentemente dos contextos onde é aplicado (López, Chaves & Quintana, 2011).

A aplicação do conceito em epígrafe, nas áreas de intervenção psicossocial, requer que uma parte dos resultados obtidos através de ações de trabalho com pessoas/grupos seja também co-produzida por estas/estes, pelo facto de serem sujeitos ativos nas mesmas. Assim, será possível introduzir critérios de qualidade, a respeito das boas práticas, tendo uma base mais diversificada e permitindo compreender em que medida tais práticas respeitam um tratamento de igualdade, respeito para com os direitos das pessoas/grupos, se estas satisfazem as suas necessidades e favorecem a sua participação. Sendo igualmente importante incorporar nas boas práticas considerações éticas e valores culturais indispensáveis para regular a intervenção com este público (López, Chaves & Quintana, 2011).

Estes autores identificam três aspetos que, no seu conjunto, poderão estabelecer um composto de critérios de qualidade, a saber: adaptação ao usuário e situação, a eficácia da técnica e um acordo com valores e ética.

Para melhor entendermos a execução de boas práticas durante uma intervenção, importa compreender a partir de que base partem os profissionais e, nesse sentido, expomos na figura seguinte pressupostos que não devem ser negligenciados.

**Figura n.º 2:** Pressupostos científicos consensuais sobre os quais se baseiam as boas práticas.



**Fonte:** López, Chaves e Quintana (2011). *Buenas prácticas profesionales para el apoyo a la parentalidad positiva*, p. 19.

Explanando a visão dos autores a propósito da figura acima inserida, o «o conhecimento profissional exige um olhar construtivista da realidade humana, na qual se torna importante aceitar como válidas as construções sociais características da comunidade onde se inserem e desenvolvem as famílias» (p. 19), levando a que o profissional seja capaz de desenvolver uma atitude de interesse e respeito por este pressuposto e obterá empatia, facilitando o processo negocial nestas realidades.

Ainda explicam que a visão ecossistémica permite sair de um nível individual de análise para o coletivo/comunitário, a partir de onde surgem grande parte dos problemas familiares. E, à semelhança do que fora constatado anteriormente, o modelo ecossistémico é essencial na compreensão da relação entre os fatores causais e de complementaridade na esfera familiar, levando a compreender a razão de ser de determinados fenómenos. Deste modo, não se espera que um profissional omita uma visão ecossistémica no decorrer das suas funções.

O profissional deverá ter em mente, a mudança, como um processo descontínuo e não como algo linear, gradual, progressivo e cumulativo (López, Chaves & Quintana, 2011). É indispensável, segundo estes autores, o olhar 'positivista', ou seja, o profissional «necessita de ver nos retrocessos, que uma pessoa ou uma família podem experimentar, oportunidades de reorientação e o alcançar de novos objetivos para uma mudança mais aprimorada, ainda mais bem encaminhada que as anteriores,

assegurando uma conquista das mesmas»<sup>12</sup> (p. 20); entendendo que os problemas deverão ser vistos de um ponto de vista evolutivo, o qual se supõe que os profissionais conheçam as trajetórias destes na vivência das pessoas, a fase da vida em que estes estão ocorrendo e qual o seu significado e influência nos diferentes contextos (ex.: local de trabalho, na escola, ceio familiar).

López, Chaves e Quintana (2011) declaram que importa não só valorizar o conhecimento científico, mas também o conhecimento prático que resulta do trabalho quotidiano, gerado a partir de experiências e interações com as pessoas e os contextos culturais.

Mantendo um foco no âmbito das boas práticas, o profissional deve ter presente que a atividade profissional se define pela sua complexidade, incerteza, por ser relacional, estratégica e dinâmica. Sabendo que a intervenção não se resume à aplicação dum processo simples de análise da realidade familiar, baseado numa aplicação formatada de legislação e outras normas que estabelecem o que deverá ser feito (López, Chaves & Quintana, 2011). Estes, igualmente, explicam que a realidade é complicada, de carácter relacional, devido à diversidade de situações e circunstâncias pessoais e familiares às que é necessário atender; porque percebe-se que os técnicos vivem num sistema que os responsabiliza pelas suas ações, sabendo que poderão estar envolvidos em problemas, caso não cumpram os procedimentos já determinados.

Em suma, é possível concluir que não existe uma fórmula única para todos os casos trabalhados, muitos menos soluções padrão a aplicar nas mais variadas situações. Tudo isto devido à continua mudança da sociedade e situações familiares, advindo daí uma necessidade em «desempenhar de uma atividade estratégia e dinâmica, havendo um planeamento rigoroso, adequado, com as devidas prioridades, com as estratégias selecionadas, procurando estimular a mudança pessoal e social» (p. 21).

Estes autores ainda defendem que as boas práticas deveriam ser genericamente aplicadas sob um ponto de vista da prevenção e promoção. Isto porque, como já é perceptível no presente trabalho, os recursos disponíveis para todas e quaisquer intervenções são limitados, sejam os humanos ou materiais.

López, Chaves e Quintana (2011) apresentam um conjunto das estratégias mais utilizadas na intervenção de caso, dentro do campo das boas práticas.

---

<sup>12</sup> Tradução livre.

Indicar-se-á seis destas estratégias que acreditamos ser basilares numa intervenção, descrevendo brevemente cada uma.

**Quadro n.º 2:** Estratégias na Intervenção de caso.

<b>Estratégias na intervenção de caso</b>	
<b>Reeducação</b>	Consiste em ensinar aos pais comportamentos e novas habilidades sobre o seu relacionamento com o filho, alterando os seus hábitos de vida familiar, melhorar definitivamente o ambiente educacional para se ajustar às necessidades do menor, favorecendo o seu ajustamento pessoal e social.
<b>Redefinição</b>	Centra-se na opinião e interpretação que os pais fazem do comportamento dos filhos. Assim, dá-se sentido à experiência dos pais ou do menos, reorganizando-se as atitudes e comportamentos a partir da alteração de crenças e atitudes
<b>Acompanhamento</b>	Resume-se a acompanhar alguém no desenvolvimento de uma ação. Num sentido passivo, estaria ligado à presença de outros profissionais que intervêm junto das pessoas e o técnico social faria uma monitorização do tratamento ou atividade.
<b>Apoio</b>	A ajuda é realizada a partir da valorização ou proteção. A valorização trata-se de consciencializar a pessoa que tem valores que merecem mais estima por parte de outras pessoas. Proteger consiste em prevenir a pessoa de situações desafiantes, permitindo desenvolver o desenvolvimento pessoal e social.
<b>Orientação/Guia</b>	Fundamenta-se na ideia de apresentar um conjunto de caminhos ao acompanhado, explicando o ponto de vista do profissional e estimulando uma tomada de decisão por parte da pessoa(s) acompanhada(s).
<b>Informação/formação</b>	Baseia-se na necessidade das pessoas acompanhadas receberem informações oportunas e apropriadas às suas capacidades sobre o que lhes é exigido.

**Fonte:** López, Chaves e Quintana (2011). *Buenas prácticas profesionales para el apoyo a la parentalidad positiva*, p. 25, quadro n.º 3.

Além das estratégias a utilizar na intervenção de caso, elucidamos o leitor para as boas práticas em duas vertentes: a valorização e intervenção familiar. Assim, divulgamos a tabela seguinte que apresenta estas formas de atuação.

**Quadro n.º 3:** Boas práticas na valorização familiar e intervenção familiar em estudos de caso.

---

**Estudo de Caso – Boas Práticas na valorização e intervenção familiar**

---

**Valorização Familiar**

Valorizar os aspetos positivos e negativos do funcionamento familiar e o seu impacto no desenvolvimento do menos, tendo em conta as suas necessidades evolutivo-educativas e também os fatores de vulnerabilidade e resiliência que este(a) apresenta.

Falar com as pessoas e não com os problemas.

Conhecer a visão que as famílias têm da sua realidade familiar, que por si só poderá ser diversa, dependendo dos membros e ter em conta possíveis discrepâncias nestas mesmas visões.

Não procurar as causas da situação atual com base no passado, muito menos tentar encontrar culpados e reprovar atitudes e comportamentos.

**Intervenção com as Famílias**

Saber que está presente para ajudar os pais, as mães ou outras figuras parentais envolvidas durante o processo de mudança.

Estabelecer uma ligação entre os objetivos da intervenção com as necessidades e inquietações da família e priorizá-las, levando em consideração o bem-estar e segurança da família.

Estabelecer um plano de trabalho consensual com as famílias onde estão descritos os objetivos a alcançar, as atuações e os recursos necessários para alcançá-los e o espaço temporal.

Manter um registo partilhado entre todos os profissionais envolvidos nas ações e recursos utilizados durante o processo de intervenção.

Identificar pequenas mudanças, seja uma atitude que não se observe mais, uma decisão em concreto que tenha acabado de tomar, um comentário positivo sobre os filhos, etc.

Além de dar orientações e diretrizes, é importante fazer as perguntas certas à família de forma a promover os seus pontos fortes, despertando motivação para a mudança.

---

**Fonte:** López, Chaves e Quintana (2011). *Buenas prácticas profesionales para el apoyo a la parentalidad positiva*, pp. 25-26.

### **3. Ciclo de Intervenção Comunitário**

---

O conceito assente no texto da recomendação 19 (2006) do Comité de Ministros do conselho da Europa sobre a parentalidade positiva, na visão de Tomás de Almeida (2020), pretende dar o devido reconhecimento à parentalidade como sendo um domínio legítimo das políticas públicas e exortar os estados-membros da União Europeia a reforçar os meios de apoio às famílias «a fim de melhorarem as condições de desenvolvimento, educação e proteção dos filhos enquanto crianças e adolescentes, sob a responsabilidade parental» (op. cit. p. 1). López, Chaves e Quintana (2010), por sua vez, explicam que a parentalidade quando exercida em circunstâncias onde há uma ausência total de redes de apoio ou em que as fontes de apoio formais e informais estão descompensadas, é frequente ocorrer a diminuição dos sentimentos de competência parental e do controlo que as pessoas têm das suas vidas. É possível, então, constatar uma perda da intimidade na vida das famílias e as responsabilidades parentais transferem-se para outras.

Assim, compreende-se, que nos espaços ecológicos onde se podem encontrar mais dificuldades para exercer as tarefas parentais, revela-se fundamental contribuir para a promoção de comunidades mais desenvolvidas que apresentem uma cidadania mais sensível, consciente e mais cooperativa com as famílias, onde exista uma boa planificação de recursos e serviços em que se eliminam as barreiras materiais e psicológicas que impedem o seu uso por parte das famílias que mais necessitam (López, Chaves & Quintana, 2010).

Relembrando que o mais importante numa visão ecológica, a propósito de intervenções a diversos níveis, trata-se da importância em desenvolver uma rica e clara conceção do envolvimento das comunidades nas intervenções (Trickett, 2009). Pois, esta forma de intervenção poderá definir-se como influências planeadas na vida de um pequeno grupo, organização ou comunidade, com o intuito de prevenir ou diminuir a desorganização a nível social ou pessoal, conduzindo à promoção do bem-estar comunitário (Carvalhosa, Domingos e Sequeira, 2010).

De acordo com López, Chaves e Quintana (2010), as necessidades de apoio formal como informal são diferentes e dependem de três fatores que rodeiam a parentalidade: o contexto psicossocial, as necessidades dos filhos(as) e as suas próprias capacidades parentais, sendo fulcral o reconhecer da importância da compreensão do contexto da comunidade como antecipação para uma intervenção a nível comunitário Trickett (2009).

Assim, quando há um aumento do risco psicossocial no contexto familiar, os menores são mais vulneráveis e os pais contam com menos capacidades, e a necessidade de suporte é maior para compensar os efeitos negativos dos fatores supramencionados (López, Chaves & Quintana, 2010). Estes autores ainda defendem que os apoios sociais contribuem para o bem-estar físico e psicológico dos membros de uma família, conduzindo a uma redução do impacto dos acontecimentos que geram stress e promovendo um sentimento de identidade, de autoestima e integração social. Assim sendo, conclui-se que este tipo de apoio se constitui como um fator de proteção com o qual contam os pais e famílias em geral.

Na alínea d) do artigo 9.º, constante da Constituição da República Portuguesa, estabelece-se como tarefa do estado a promoção do «bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos [...] sociais, [...], mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais». Neste sentido, as autarquias têm uma tremenda responsabilidade em termos da planificação e implementação de políticas que visem contribuir para o bem-estar social. Ferreira (2011, p.142) defende que as políticas sociais devem orientar-se para um desenvolvimento sustentado, baseado na valorização dos serviços de proximidade, reforçando a relação entre o Estado e Sociedade. Relembrando, igualmente, a lei n.º 75/2013, referente ao regime jurídico das autarquias locais que, no seu artigo 23.º - “atribuições do município” - verifica-se que um dos seus encargos é a ação social. Destaca-se sobretudo «a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações»<sup>13</sup>, correspondendo ao seu maior desígnio.

O «resultado imediato da intervenção social é a mudança social e em última instância a mudança individual» (Ornelas, 1997, p. 383). Assim, do ponto de vista da intervenção autárquica, mais concretamente no que diz respeito à elaboração de um plano municipal, considera-se fulcral levar em conta as condições imediatas que caracterizam a vida das famílias do município. Desta forma, as políticas locais serão contextualizadas e especificadas de acordo com o território onde serão aplicadas e à população a que se destina, recordando que tal “leitura” deverá ser realizada a partir da análise e reflexão dos parâmetros geográficos, sociodemográficos, económicos e políticos que nos oferecem uma visão objetiva da realidade do concelho (López, Chaves & Quintana, 2010, p.26).

O plano do município deverá definir a abordagem psicossocial a partir da qual estão contempladas as propostas de apoio e intervenção articuladas em serviços, programas e atividades e, ainda os autores supramencionados, mencionam que propuseram a abordagem psicoeducativa e

---

<sup>13</sup> Lei n.º 75/2013. Regime jurídico das autarquias locais. Artigo n.º 2.

comunitária como a orientadora pelo facto de ter em consideração a relação existente entre o bem-estar da família e comunidade, colocando ênfase nas medidas de prevenção e promoção.

A partir desta declaração é perceptível entender desde que momento se dá atenção às famílias do município, como se analisa e conceptualizam os seus problemas, como se garante a participação dos menores e famílias e que objetivos de melhoria e bem-estar são alcançados para um e outro.

Uma abordagem psicoeducativa e de âmbito comunitário é essencial para o trabalho em matéria de parentalidade. Assim, há uma visão holística e ecológica que permite olhar não só para fatores internos, mas também para os externos.

A seguinte tabela enumera características e orientação para o desenvolvimento de estratégias de suporte partindo da abordagem supramencionada.

**Quadro n.º 4:** Características e Diretrizes para o Desenvolvimento de Medidas de Apoio a Partir de uma Abordagem Psicoeducativa e Comunitária.

<b>Características e Diretrizes para o Desenvolvimento de Medidas de Apoio a Partir de uma Abordagem Psicoeducativa e Comunitária</b>	
<b>Caraterísticas</b>	<b>Orientações</b>
Dar importância ao desenvolvimento de habilidades pessoais e que promovem e possibilitam o desenvolvimento de pessoas e das famílias.	Desenvolve linhas de prevenção e promoção para fortalecer famílias que não são meramente reativas perante os seus problemas.
Descobrir as ecologias em que se desenvolve a parentalidade e as famílias (protetoras ou tóxicas).	Parte de uma análise das características da população e uma avaliação das suas necessidades com base na análise dos fatores de proteção e risco que existam nessa população.
Priorizar as ações e estratégias a serem realizadas intersetorialmente.	Criar plataformas para a participação e coordenação de cidadãos entre a comunidade e os serviços especializados para crianças e famílias e ONG's <sup>14</sup> que garantam uma análise conjunta e permanente da realidade concreta sobre a qual se vai atuar.
Ter como objetivo desenvolver a comunidade para fortalecer as famílias.	Promover o sentimento de pertença, coesão e integração social e expande as redes informais e formais de famílias.
Otimizar a rede de serviços da comunidade.	Analisar a rede de recursos e o seu grau de utilização em função das características da população para detetar sua disponibilidade e acessibilidade.

<sup>14</sup> Organizações Não Governamentais.

Estabelecer um perfil de técnicos especializados que se sintam facilitadores de processos de mudança pessoal e familiar e com uma grande dose de compromisso para alcançar a mudança social.	Espaços de reflexão sobre a prática e programas de formação de técnicos para o trabalho multidisciplinar na prevenção, promoção e em rede.
--	--

**Fonte:** López, Chaves e Quintana (2010). *Parentalidad positiva y políticas locales de apoyo a las familias. Orientaciones para favorecer el ejercicio e las responsabilidades parentales desde las corporaciones locales*. p. 21.

Em síntese, ao longo de uma ampla investigação aos dados presentes nas plataformas oficiais dos 308<sup>15</sup> municípios portugueses, verifica-se que não há a existência de gabinetes especializados na área de apoio à Parentalidade Positiva.

Se considerarmos que o poder local detém uma enorme responsabilidade e compromisso em relação à implementação de políticas de proximidade, sobretudo no que diz respeito às questões sociais afetas à sua população, é possível destacar as várias vantagens advindas do fortalecimento das políticas locais de apoio às famílias. Consideradas como «um pilar básico para assegurar a proteção dos menores e o seu bem-estar, assim como de toda a família e comunidade» (López, Chaves e Quintana, 2010, p. 25), as políticas locais contribuem para a melhoria da prevenção, promoção, deteção e valorização de uma ampla gama de situações familiares com forte impacto na vida dos menores. Além disso, são um meio de realizar intervenções mais eficazes e de qualidade, prestando um serviço próximo, integrador ao menor e à sua família indo para além da mera intervenção «administrativa». Serão ainda estratégias essenciais para melhorar a planificação, gestão e coordenação do uso dos recursos da comunidade, realizando ações coordenadas e mais solidárias de proteção ao menos e à sua família. Portanto, e de acordo com os autores, torna-se fulcral a elaboração de um plano municipal de apoio à parentalidade positiva e às suas famílias.

Concluindo, é fundamental as autarquias dinamizarem programas, serviços e estratégias que visem a consciencialização e um maior aprofundamento das políticas de carácter social que se foquem na promoção e desenvolvimento familiar.

<sup>15</sup> Cf. *Site* do Portal de dados abertos da Administração Pública: <https://dados.gov.pt/pt/datasets/concelhos-de-portugal/>.

## 4. Método

---

A presente investigação debruça-se sobre o Gabinete de Apoio à Parentalidade - uma resposta social de apoio às famílias com filhos, criada por uma entidade pública da administração local.

Fundado no ano de 2019 num município da região norte, o Gabinete integra um dos complexos destinado aos serviços comunitários locais. Localizados na zona centro da vila, estes serviços encontram-se razoavelmente acessíveis à população a que se destinam. Refira-se que esta localização assegura a proximidade aos serviços dos mais variados sectores e facilita também a todos os munícipes, particularmente, aos que habitam fora do centro da vila e se deslocam no dia da feira semanal (um evento ancestral de grande relevância social e económica nesta região), economizar tempo e transportes nesta deslocação que para muitos é ímpar numa semana.

A criação desta resposta social visou o reforço dos recursos comunitários, contribuindo para o desenvolvimento dos existentes que são imprescindíveis na prevenção e promoção do bem-estar e qualidade de vida de crianças, jovens e famílias, e ainda, para a inovação dos modelos de atendimento, acompanhamento e avaliação dada a crescente diversidade de situações familiares que recorrem aos serviços de apoio. Desde logo, a escolha da designação desta resposta social enuncia o foco na parentalidade, priorizando as necessidades das figuras parentais para o desempenho do papel e responsabilidades parentais na tarefa de educar os filhos. Adicionalmente, poder-se-á entender o lugar de um gabinete de apoio como um desígnio de responder às necessidades de informação, orientação e reflexão sobre o papel dos pais na educação.

De momento, os recursos humanos são limitados a uma profissional que assume, desde a sua criação, as tarefas do Gabinete. A profissional, licenciada em Psicologia, é uma técnica sénior com formação especializada na área da terapia de família e casal e vasta experiência de intervenções de natureza psicoeducativa na área da formação parental.

Esta resposta social, entre o ano de 2019 e 2020, acompanhou um total de cerca 12 pais, seguindo um conjunto de princípios e valores, nomeadamente: a capacitação, empoderamento, universalidade e igualdade; os valores: não estigmatização, empatia, solidariedade, confiança e honestidade.

O conteúdo funcional do Gabinete de Apoio à Parentalidade compreende desde as tarefas de gestão e administração, o trabalho direto com os pais na modalidade individual e em grupo, a coordenação com outros profissionais e serviços. Especificamente, as atividades exigem a elaboração de relatórios de avaliação anuais, planificação do trabalho com as famílias, o encaminhamento de indivíduos a outros serviços e, sempre que solicitado, avaliação da idoneidade dos pais através de uma avaliação que vem no âmbito de ações judiciais.

A gestão do Gabinete efetiva-se num trabalho colaborativo, com uma outra profissional da autarquia. Sendo pretendido desenvolver um trabalho sistémico em termos da mobilização de recursos humanos e materiais, bem como na facilitação do acesso a informações privilegiadas sobre as famílias em acompanhamento.

Para que possa vir a ser desenvolvida uma atividade mais eficaz e diversificada, constatou-se a importância de formar uma equipa multidisciplinar com profissionais da área do Serviço Social, Psicologia, Educação Social e Enfermagem.

Mais à frente, aprofundar-se-á os elementos descritivos relativos à análise do Gabinete.

Seguidamente apresentam-se os objetivos do estudo.

#### **4.1. Desenho do estudo de caso**

A estratégia da presente investigação segue uma metodologia qualitativa no âmbito de um estudo de caso. A atual investigação foi projetada com o propósito de compreender e refletir sobre a identidade, estrutura, modo de funcionamento e estratégias de atuação do Gabinete de Apoio à Parentalidade.

Com base na natureza dos dados recolhidos e na análise subsequente, é seguro definir este estudo como tendo um carácter não experimental, de âmbito descritivo e definindo-se como um estudo de caso.

A terminologia “estudo de caso” refere-se à análise de um “caso” e, segundo Meirinhos e Osório (2010) explicando que, para vários autores, este termo «pode ser algo bem definido ou concreto, como um indivíduo, um grupo ou uma organização, mas também pode ser algo menos definido ou definido num plano mais abstrato como - decisões, programas, processos de implementação ou mudanças organizacionais.» (p. 52)

Segundo Ramos et al. (2016), citando Fortin (2009) e Quivy e Campenhout (2013), os estudos de caso não se centram nas características de uma população, mas sim realizam uma análise aprofundada a respeito de um único indivíduo ou de um grupo específico ou, até, de uma organização que pelas suas características notáveis são dignas de um estudo em detalhe.

Considerando que esta investigação incide sobre um projeto pioneiro e seus constituintes, é natural que o enfoque seja mais específico e metuculoso, para preservar a sua integridade. Sendo fundamental acautelar a realização de possíveis 'extrapolações'.

Conforme as palavras de Ventura (2007), ao invocar Yin (2001), o estudo de caso configura «uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa» (p. 384).

Aprofundando mais esta questão, seguindo a lógica de Ventura (2007),

«o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações» (p.384).

Este afirma ainda que o seguimento do estudo de caso como metodologia de investigação revela a possibilidade de definição de quatro fases relacionadas sendo: «delimitação da unidade-caso; coleta de dados; seleção, análise e interpretação dos dados e elaboração do relatório do caso» (p. 385). Nesta dissertação contemplam-se todas as etapas mencionadas à exceção da última visto que o presente trabalho preenche tal lacuna.

A análise do contexto que é investigado no decorrer de um estudo de caso é importante para um melhor entendimento daquilo que o investigador procura alcançar, assim sendo, Yacuzzi (2005), citado por Meirinhos e Osório (2016), diz que «o seu valor reside em que não apenas se estuda um fenómeno, mas também o seu contexto» (p. 54), e Stake (1999), invocado pelos mesmos autores, afirma que «a finalidade dos estudos de caso é tornar compreensível o caso, através da particularização» (p. 54), levando a concluir que se exige que a investigação descrita em epigrafe conduza uma análise detalhada sem que nunca se exclua o estudo do seu contexto.

## 4.2. Contextualização do Estudo de Caso

O município no norte do país é um dos catorze<sup>16</sup> municípios de um distrito a norte do território continental português, sendo composto por vinte e duas freguesias<sup>17</sup> a partir do ano de 2013. Segundo dados da 'Pordata', constata-se que o total de população residente, no ano de 2019, é de cerca 21.473<sup>18</sup> indivíduos.

Esta Câmara Municipal desenvolve um trabalho em rede, primando por um planeamento estratégico da intervenção social local, sendo esta uma responsabilidade afeta a todos os municípios existentes em Portugal Continental – reconhecida publicamente pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, que dá forma à «rede social»<sup>19</sup>. O decreto-lei n.º 115/2006, regulamenta esta mesma «rede social» e determina o seu funcionamento, quais as competências dos seus órgãos, princípios e regras.

Importa destacar a relevância, no domínio da ação social, da Lei n.º 50/2018 emitida pela Assembleia da República - que estabelece e define o modo pelo qual decorrerá a transmissão de competências para as autarquias locais, reforçando a autonomia destas em vários domínios. Esta lei conduziu à transferência de competências de âmbito social, contempladas no Decreto-Lei n.º 55/2020. Aqui, sublinho o artigo 10.º da secção IV, que refere: «Compete à câmara municipal assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social».

É neste sentido que o município se destaca no âmbito de apoio às famílias, trabalhando em articulação com diferentes agentes locais para o desenvolvimento de carácter social e, no domínio parental, seguindo estratégias inovadoras.

É reconhecido o grande valor das medidas implementadas a nível local que se tornam imprescindíveis para o fornecimento de uma resposta mais adequada às necessidades e características da população em causa, como também da cooperação e a coordenação aos níveis nacional, regional e local, assim como entre estes, são essenciais por forma às famílias melhores serviços e recursos (Recomendação 19 do Concelho da Europa, 2006, p. 6).

Verifica-se que, no seu âmbito social, e de acordo com o domínio de interesse presente investigação, a existência de dois apoios fundamentais às famílias. O primeiro trata-se do “—Cresce”<sup>20</sup>,

---

<sup>16</sup> Cf. *Site* do Portal Autárquico.

<sup>17</sup> Cf. *Site* Câmara Municipal a norte do país.

<sup>18</sup> Cf. Base de dados Pordata. <https://www.pordata.pt/Municipios>.

<sup>19</sup> A "Rede Social" corresponde a uma articulação entre diferentes parceiros públicos e privados cujo objetivos, entre outros, são o combate à pobreza e a exclusão social - promovendo a inclusão e coesão social.

<sup>20</sup> Cf. *Site* da Câmara Municipal a norte do país.

que corresponde a um apoio de carácter pecuniário disponibilizado às famílias para que possam pagar a 'cresce' dos seus filhos. Atualmente, de acordo com os dados constantes no site da autarquia, este apoio é constituído por três escalões – havendo uma variação entre 165 € e 550€ anuais. O segundo consiste no “apoio à família e comunidade”<sup>21</sup>, o qual não é possível aprofundar devido à página da Câmara estar em situação de manutenção.

Igualmente, sublinhar a relevância do cartão municipal de 'família numerosa' – da mesma Câmara, que traz vários benefícios tais como – e tal qual está no regulamento de medidas de apoio social da autarquia,

“Os agregados familiares titulares do Cartão Municipal da Família Numerosa cujos filhos frequentem os estabelecimentos de ensino público de educação pré-escolar e do CEB terão direito a uma redução de 20% do valor a pagar pela alimentação do segundo filho e de 50% a partir do 3º filho, não sendo este benefício acumulável com outros existentes para os mesmos fins;”<sup>22</sup>

Destaca-se, de modo igual, a adesão desta autarquia ao “IMI<sup>23</sup> [Imposto Municipal sobre os Imóveis] Familiar”, resultando num desconto do mesmo de 20% para um filho, 40% para dois e 70% para três filhos, destacando que a taxa de IMI está fixada nos 0,32%.

De entre as várias iniciativas, projetos e trabalhos desenvolvidos em rede, salienta-se a recém criação do Gabinete para a parentalidade. Uma resposta inovadora e estrutural no que concerne ao apoio às famílias e que será abordada com mais minúcia no tópico seguinte.

Devido à pandemia gerada pelo vírus COVID-19, o município criou o espaço “S.O.S Família”, onde menciona estar ciente e sensível aos obstáculos que daí advieram para os pais e famílias, entre os quais:

«a conciliação do teletrabalho e o apoio aos filhos ou a seniores a seu cargo, a gestão das rotinas e do trabalho doméstico, a falta de recursos ou de literacia digital, ou podem ainda estar a lidar com consequências da crise, como o desemprego, e/ou dificuldades económicas.»<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup>Cf. Site da Câmara Municipal a norte do país.

<sup>22</sup> Cf. Regulamento de Medidas de Apoio Social – site da Câmara Municipal a norte do país.

<sup>23</sup> Cf. Site da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas. <https://www.apfn.com.pt/vermapa.php>.

<sup>24</sup> Cf. Site da Câmara Municipal a norte do país.

O desenho do plano municipal para trabalhar com famílias no âmbito de uma parentalidade positiva deve realizar-se, de acordo com López, Chaves e Quintana (2010), tendo em atenção a todas as condicionantes próximas que caracterizam a vida das famílias que vivem no município.

Em suma, nota-se que esta autarquia procura fazer chegar o apoio às famílias num momento de particular dificuldade e manifesta o fornecimento de auxílio, à distância, através da partilha de informação e estratégias com os pais e famílias, de modo que se verifique possível «lidar com os desafios associados ao confinamento, cuidado e apoio aos filhos e ao trabalho colaborativo escola-família.»<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Cf. *Site* da Câmara Municipal a norte do país.

**Quadro n.º 5:** Desenho de Investigação.

<b>Finalidade</b>			
Colaborar com o Gabinete de Apoio à Parentalidade na reflexão sobre a sua identidade, modo de funcionamento e estratégias de atuação			
<b>Objetivos Gerais</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Estratégias</b>	<b>Atividades</b>
<b>Caraterização do Território de atuação do Gabinete – Câmara a norte do país</b>	Identificar instituições de teor social no território.	Realizar pesquisas no âmbito territorial –bibliografia e web-grafia.	Fazer o levantamento de entidades públicas e privadas.
	Identificar Serviços de teor social no território.		Questionar a profissional ao longo das entrevistas.
	Identificar a rede de articulação no concelho – tendo como referência o Gabinete.		Realizar pesquisas em sites oficiais.
	Saber quais as motivações que conduziram à sua fundação.	Efetuar o levantamento de dados, ao longo das entrevistas concretizadas com a responsável do Gabinete.	Realizar questões específicas ao longo dos encontros com a profissional.
	Identificar os apoios disponibilizados (financeiros e logísticos) para a concretização da constituição inicial do projeto.		
	Identificar os recursos humanos necessários e existentes.		Analisar os dados resultantes das reuniões com a

<b>Caraterizar o Gabinete de Apoio à Parentalidade</b>			profissional.
	Identificar o modo de gestão dos recursos humanos, com vista à persecução dos objetivos estabelecidos pelo Gabinete.		
	Identificar a área de formação académica e experiência profissional dos elementos que constituem a equipa.		
	Compreender, na íntegra, o âmbito de intervenção do Gabinete.		
	Compreender qual a identidade do Gabinete (sua designação, localização, missão, visão, ideias, valores, objetivos e finalidade da sua atuação).		
	Compreender o modo de atuação (identificação dos casos, abertura do processo, primeiros encontros, mecanismos desencadeados, à priori da intervenção e aqueles depois da definição e um plano de apoio, etc.).		
	Saber quais os conhecimentos utilizados: teorias, metodologias, estratégias e instrumentos.		
<b>Identificar e trabalhar com a população alvo (Famílias)</b>	Compreender os critérios/indicadores utilizados na identificação das famílias.	Recolher dados ao longo das entrevistas com a profissional responsável pelo Gabinete.	Sistematizar toda a informação recolhida nas entrevistas.
	Quantos casos são acompanhados pelo Gabinete.		

	Saber quais as características comuns e transversais a todas as famílias alvo de apoio.		
	Identificar o paradigma de atuação utilizado (nas entrevistas, formações, etc.).		
	Saber quais as estratégias utilizadas para estabelecer uma relação de confiança com as famílias.		
	Compreender como é integrada as perceções e predisposições, das famílias, no processo de apoio.		
	Perceber o modo como a profissional motiva as famílias a participar no processo do desenho da intervenção e durante a execução deste.		
	Compreender como poderão as famílias participar e intervir ao longo do processo (através de reuniões, via email, chamada, encontros domiciliários).	Recolher o testemunho da responsável do gabinete.	
	Compreender qual o nível de participação das famílias ao longo de todo o processo de intervenção, desde a sua abertura.		
<b>Compreender qual a rede de articulação ao dispor do Gabinete (onde este se</b>	Compreender como são identificadas as instituições e/ou serviços, adequados, à área de intervenção do Gabinete.	Registar dados provenientes da profissional.	Aprofundar o conhecimento sobre a rede de atuação do Gabinete.

<b>posiciona)</b>	Saber como é realizado um primeiro contacto com estas entidades/serviços.		
	Saber quais os parceiros (instituições e serviços) do Gabinete.		
	Saber quais as áreas de especialização de tais parceiros.		
	Saber como é feita a articulação com e entre tais entidades. (Existem encontros de rotina, encontros especializados de acordo com a dificuldade do caso)		
	Saber quais os canais de comunicação entre estas entidades/serviços.		
	Compreender o nível de importância do trabalho do Gabinete nesta articulação sistémica.		

### **4.3. Rede Social**

À semelhança do que abordaremos mais à frente, o trabalho em rede é uma condição estruturante que permite prestar um auxílio ao mais alto nível de eficiência e eficácia, permitindo tanto aos serviços da Câmara como ao Gabinete de Apoio à Parentalidade, recorrer a todas as entidades ou serviços disponíveis que sejam necessários e que possibilitem à família ultrapassar a situação desafiante em que se encontra.

Neste sentido, importa indicar alguns dos elementos que compõem a rede social<sup>26</sup> no concelho, onde se encontra a autarquia, e que pertencem ao Conselho Local de Ação Social:

**Tabela n.º 1:** Alguns dos constituintes da rede social da Câmara Municipal.

---

**Câmara Municipal**

---

**Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social**

---

**Centro de Saúde**

---

**GNR – Destacamento Territorial da GNR do concelho**

---

**Santa Casa da Misericórdia**

---

**Vinte e duas Juntas de Freguesia**

---

**Um Centro Social**

---

**Cinco Centros Sociais e Paroquiais**

---

**CPCJ – Comissão De proteção de Crianças e Jovens**

---

**Fonte:** *Site* da Câmara Municipal a norte do país.

---

<sup>26</sup> Cf. *Site* da Câmara Municipal a norte do país.

## **4.4. Objetivos**

### **4.4.1. Objetivos Gerais**

Definiu-se quatro objetivos gerais primordiais:

- Caracterizar o território de atuação do Gabinete;
- Caracterizar o Gabinete;
- Identificar e trabalhar com a população alvo;
- Compreender qual a rede de articulação ao dispor do Gabinete.

### **4.4.2. Objetivos Específicos**

Foram estabelecidos objetivos específicos que possam materializar os resultados que se pretende alcançar, designadamente:

- Saber quais as motivações que conduziram à fundação do Gabinete;
- Identificar os recursos humanos necessários e existentes;
- Compreender qual a identidade do Gabinete (sua designação, localização, missão, visão, ideias, valores, objetivos e finalidade da sua atuação);
- Quantos casos são acompanhados pelo gabinete; identificar o paradigma de atuação utilizado (nas entrevistas, formações, etc.);
- Compreender qual o nível de participação das famílias ao longo de todo o processo de intervenção, desde a sua abertura;
- Saber como é concretizado o primeiro contacto com as entidades/serviços.

## **4.5. Procedimentos**

A atual investigação foi projetada no âmbito de um protocolo institucional previamente celebrado entre a instituição académica e o órgão municipal responsável pela nova resposta social – o Gabinete de Apoio à Parentalidade.

Considerando os objetivos gerais e específicos do presente estudo, atrás mencionados, tínhamos inicialmente previsto a realização de um estágio de curta duração e de visitas de estudo que facilitariam o contacto com o contexto e os profissionais e o conhecimento das dinâmicas de funcionamento. Contudo, como é conhecimento de todos, a situação pandémica impediu a concretização deste plano.

Dadas as circunstâncias estudou-se um plano alternativo para o qual se afigurou necessário a realização de um contacto prévio com a profissional do Gabinete; efetuar várias leituras relacionadas

com as atuações profissionais no âmbito da parentalidade e parentalidade positiva, culminando, também, na composição de guiões; o agendamento de encontros e a efetivação dos mesmos, tendo em vista a finalidade e a metodologia do estudo.

#### **4.6. Papel do investigador**

A presente investigação surge com a motivação de perceber como é realizada a intervenção por parte dos profissionais que trabalham com famílias que apresentam fatores de vulnerabilidade.

Pretendeu-se recolher todos os dados que permitissem conduzir à estruturação de uma análise objetiva do modo como está a ser executado o desenho da intervenção. Aqui, o investigador procurou analisar e refletir sobre aspetos chave e elaborar questões que, posteriormente, foram direcionadas à profissional do Gabinete de Apoio à Parentalidade, por forma a reunir dados concretos que pudessem ser analisados à luz da bibliografia existente.

Algumas das tarefas do investigador passaram por: agendamento de encontros; elaboração de guiões; pesquisa bibliográfica/web gráfica e a análise e tratamento das informações obtidas.

#### **4.7. Participantes**

Neste projeto participaram profissionais que desenvolvem um trabalho de apoio aos pais/família em serviços municipais da ação social, num concelho do norte do país. Em particular, neste caso, atendem famílias em situação de vulnerabilidade social.

#### **4.8. Estratégia de Recolha de Dados**

O plano para a recolha de dados traduziu-se na realização de quatro encontros, sob molde de entrevista semiestruturada, realizadas por videoconferência através da plataforma Zoom Colibri.

As entrevistas decorreram entre vinte e nove de janeiro e dezasseis de junho de dois mil e vinte e um.

O início das entrevistas foi antecedido pelo levantamento da informação presente no site da Câmara Municipal e através de uma alargada pesquisa bibliográfica/web gráfica, com o intuito de concretizar um enquadramento teórico às questões que foram realizadas no decorrer dos encontros.

A informação reunida, em sua grande medida, foi recolhida através dos encontros com a responsável pelo Gabinete de Apoio à Parentalidade.

Foi estabelecido o agendamento de quatro encontros de periodicidade mensal, a fim de permitir o tratamento dos dados (transcrição das gravações vídeo e áudio) e a triangulação mediante o feedback da participante do estudo e reflexão conjunta do significado.

O procedimento que culminava na recolha dos dados nas entrevistas por videoconferência, iniciava-se com a verificação da disponibilidade da profissional para um encontro e posterior agendamento do mesmo. Em seguida, eram trabalhados os pontos oportunos a serem abordados no dia, tendo por base os objetivos do presente estudo. Criou-se um guião para orientar o rumo da conversa, onde à parte, preparou-se introduções e enquadramentos teóricos que antecederiam às questões efetuadas.

Este guião, distinto de encontro para encontro, foi «executado de forma flexível» (Haro et al., 2016, p. 95), havendo o cuidado de reformular, em determinados momentos da reunião, as questões de forma a facilitar a compreensão sobre a mesma; igualmente, procurou-se gerir o “silêncio” da melhor forma possível, tentando perceber se este «não é mais do que tempo para o entrevistado refletir e avançar no discurso ou se é realmente o final da sua resposta» (Haro et al., 2016, p. 97), algo que exigiu um grande sentido de atenção.

No princípio do primeiro encontro, explicou-se de uma forma sumária e direta os objetivos e a finalidade da pesquisa, a lógica de funcionamento da entrevista e a «garantia de anonimato do entrevistado» (op. cit., p. 97), bem como a obtenção de «autorização para a gravação vídeo por parte do entrevistado» (op. cit., p. 97) e apenas a seguir deu-se início à conversa propriamente dita.

Gravou-se todos os encontros, havendo a posterior transcrição destes. Após a conclusão das transcrições, estas foram enviadas para a responsável do Gabinete, que depois nos deu uma validação do conteúdo e permitiu que este fosse incluído na investigação.

O envio do conteúdo transcrito à profissional tinha por objetivo verificar se o conteúdo transcrito correspondia, na sua integralidade, ao sentido que esta pretendeu transmitir. Outro dos propósitos foi obter a informação com o maior nível de rigor possível, adotando práticas metodológicas comumente validadas para o processo de triangulação dos dados qualitativos.

Ao longo do tempo houve a necessidade de uma readaptação no que respeita à recolha de dados, pois o plano era mais ambicioso, como atrás foi referido. Pretendia-se o acesso a documentos internos ao Gabinete, conhecê-lo e ainda realizar encontros presenciais, estratégias que foram abandonadas pelo agravamento das restrições associadas à pandemia por SARS-CoV-2.

#### **4.9. Tratamento e Análise de Dados**

O tratamento e análise de dados iniciou-se com a leitura genérica de todas as informações recolhidas através dos encontros e aquelas disponíveis no portal da Câmara Municipal, a fim de recordar, integralmente, a matéria obtida no âmbito do atual projeto de investigação. Este foi um passo fundamental para a posterior categorização dos dados recolhidos.

Numa segunda fase, realizou-se a revisão de conteúdo aos guiões, elaborados com a finalidade de orientar os encontros com a coordenadora do Gabinete de Apoio à Parentalidade, bem como dos relatórios de atividade, criados para facilitar a compreensão sobre o que se passou em cada um dos encontros – estando contemplado, nestes, uma breve descrição das reuniões. Esta etapa antecedeu à leitura criteriosa dos documentos referentes à transcrição de cada reunião.

Após a consulta e revisão dos documentos acima mencionados, procedeu-se à seleção e síntese dos dados que culminou no processo de análise temática do conteúdo (Bardin, 2011; Gibbs, 2007). Esta, foi organizada tendo por base um conjunto de questões-chave relacionadas com as perguntas realizadas à profissional e, de igual modo, levou-se em consideração as informações que foram proporcionadas por esta.

A sistematização de toda a informação obedeceu a identificação de temas, subtemas, conjugando as questões originárias e a codificação dos dados obtidos e recolhidos nos encontros, que foram posteriormente organizados e deram origem ao sistema de categorias e subcategorias. Originariamente, os ‘temas’ resultaram dos pontos chave e que são, por sua vez, especificados na análise mais fina, de segundo nível, através dos subtemas, seguidos de um excerto sumário de informação a estes alusivo, simultaneamente de carácter explicativo e compreensivo.

Em suma, o sistema de categorias apresenta uma visão integral e objetiva do conteúdo estruturado por categorias e subcategorias, e a descrição compreensiva associada ao tema e subtema em questão.

Portanto, com o quadro seguinte, efetua-se a apresentação dos dados, facilitando um maior e melhor entendimento sobre a estrutura do Gabinete de Apoio à Parentalidade, a sua esfera de atuação, procedimentos de intervenção e a forma como envolve os pais/famílias em todo o processo de ajuda.

**Quadro n.º 6:** Categorias e Subcategorias emergentes da análise do conteúdo.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Descrição</b>
<b>Identidade do Gabinete</b>	Designação e âmbito de ação	Esta resposta social tem a designação de Gabinete de Apoio à Parentalidade e atua a nível municipal.
	Recursos Logísticos	Uma profissional e o espaço do Gabinete é disponibilizado pela Câmara Municipal.
	Princípios e Valores	A capacitação, o empoderamento, a universalidade, transversalidade, a sensibilidade e empatia.
<b>População Alvo</b>	Destinatários	Pais/responsáveis com tarefas parentais que tenham dificuldades em lidar com os desafios diários relativos ao exercício da parentalidade.
	Caraterísticas	Entre a população alvo, têm sido mais frequentemente atendidas mães solteiras/divorciadas ou “sozinhas”, onde o marido/companheiro não está muito presente. As famílias monoparentais são predominantemente as que mais recorrem ao Gabinete.
<b>Modelo de Intervenção</b>	Referências teóricas	O trabalho individual com pais assenta no guia de práticas em matéria de formação parental, nos referenciais teóricos da Psicologia, por exemplo: modelo ecológico-sistémico, aprendizagem social de Albert Bandura, da Psicoterapia de base cognitiva comportamental e teoria humanista de Carl Rogers.
<b>Estratégias Metodológicas</b>	Relação de confiança	A dimensão relacional é enfatizada na escuta ativa, na visão do problema na perspetiva do outro, na valorização das dúvidas e dificuldades, destacando sempre aquilo que a pessoa faça de positivo e todas as tentativas que fez para resolver o problema; sem nunca julgar ou fazer com que a pessoa se sinta julgada.
	Participação das famílias	A participação é tida com uma dimensão necessária ao envolvimento dos pais num processo de intervenção democrático sem desequilíbrios de poder. Os encontros são agendados com flexibilidade por parte do Gabinete. A família é o agente de mudança, tomando parte ativa na componente decisória.
	Motivação	Da profissional: satisfação e sentido de realização ao constatar progressos nas famílias. Dos pais/famílias: Expectativa de a dificuldade que apresentam ser ultrapassada - com vista a um melhor estilo de vida, mais saudável e equilibrado.
<b>Fases da Intervenção</b>	Identificação de casos	A sinalização poderá ser feita por qualquer entidade afeta à comunidade ou por iniciativa própria das

		famílias.
	Autorreferenciação	O paradigma atual traduz-se na autorreferenciação. As pessoas vão, por iniciativa própria, ao serviço solicitar por apoio.
	Encaminhamento e primeiro contacto	É realizada uma triagem inicial, através da primeira entrevista – realizando um enquadramento familiar da situação.
	Trabalho com a família	É dada prioridade ao acompanhamento de casos que carecem mais das competências parentais.
<b>Articulação com outros serviços</b>	Rede social	Emerge dos contactos de maior proximidade em relação ao centro de saúde, escolas e CPCJ. O reforço da rede será concretizado a partir de uma primeira reunião de apresentação pública do Gabinete a toda a rede social do concelho, a fim de desenvolver um trabalho mais articulado.

**Fonte:** criação própria.

Em suma, o sistema de categorias apresentado no quadro n.º 9 permite explicar um conjunto de aspetos relevantes à caracterização da identidade, estrutura e modelo de funcionamento do Gabinete.

## 5. Resultados

---

A aplicação do sistema de categorias e subcategorias permite-nos organizar os dados atendendo: primeiro, à sequência das questões orientadoras (pontos-chave) das entrevistas programadas ao longo do estudo; e, segundo, à conceptualização temática que emergiu da codificação de temas e subtemas.

A apresentação dos dados segue respetivamente a ordem e a organização conceptual do sistema de categorias.

### **Identidade do Gabinete**

#### **Designação e âmbito**

A criação do Gabinete Apoio à Parentalidade, pouco antes da eclosão da pandemia causada pelo SARS Cov-2 em 2019, é um tema que reúne variadas referências desde a primeira à quarta entrevista que, invariavelmente, consagram esta resposta social como parte integrante do serviço de educação da Câmara Municipal da vila nortenha.

Sobre a identidade do Gabinete importa referir que no *site* da autarquia é possível encontrar a dupla nomenclatura - «gabinete da parentalidade» e «gabinete para a parentalidade». De forma a esclarecer as aceções subjacentes às duas designações e a precisar a sua distinção, pudemos especificar:

«Na realidade o que nós fazemos é justamente apoio à parentalidade [...]. A divulgação que foi feita foi no sentido de «gabinete da parentalidade». No *site* aparece «para a parentalidade», no fundo para a promoção da parentalidade também. Diferentes designações cabem naquilo que são os objetivos do próprio gabinete.» (4.º encontro, questão n.º 2).

No entanto, em conformidade com a transcrição da quarta entrevista, pode ler-se que a «uniformização é um aspeto a ter em conta», recomendação que assumimos no presente trabalho, optando pela designação: Gabinete de Apoio à Parentalidade.

Acerca da identidade, refira-se que o gabinete representa uma resposta direcionada para pais e famílias, onde é disponibilizado um serviço gratuito de orientação, de aconselhamento psicológico e psicopedagógico, de aconselhamento familiar e parental, que tem como propósito apoiar os pais e cuidadores na sua conduta parental, promovendo o aprimoramento das competências parentais.

«[...] havia casos em que nós percebíamos que deveria haver um espaço onde as famílias pudessem ser atendidas individualmente ou que por, de facto, não tinham perfil e não queriam estar envolvidas nessa formação, [...], ou porque também de facto não teriam condições apesar de todas as condições que nós tentamos proporcionar, não se proporcionaria naquela altura, e às vezes também havia a situação em que depois da formação parental nós sentimos que com algumas famílias precisaríamos de trabalhar algo mais. [...] Portanto, acabou por ser criada nesse sentido, de se dinamizar este apoio mais direto e individualizado aos pais.» (2.º encontro, questão n.º 3).

A este respeito, leia-se no site do município que o Gabinete visa «desenvolver as competências parentais, pessoais e sociais; capacitar as famílias; reforçar a qualidade das relações destas com a comunidade e, por fim, contribuir positivamente para o equilíbrio e correto funcionamento biopsicossocial das famílias.».

A estes desígnios de natureza preventiva e promocional soma-se a criação da área – S.O.S. PAIS – no site da Câmara, com vista a disponibilizar «informação e recomendações de fontes fidedignas e atualizadas, contendo estratégias para lidar com os diferentes desafios com que os pais atualmente se deparam (...)»<sup>27</sup>, que surgiu pela crescente preocupação do Gabinete em relação ao impacto da pandemia originada pelo Covid-19.

### **Recursos Logísticos**

Nesta circunstância, o Gabinete é provisoriamente sediado num edifício pertencente à autarquia, onde também estão também instalados os serviços de ação social. Conforme a transcrição da segunda entrevista, «ainda não é possível aí ter o espaço físico para fazer atendimentos porque este espaço vai ser reconvertido» - permitindo que se avance com um projeto de requalificação já aprovado para, posteriormente, ser «disponibilizado para efeitos do gabinete da parentalidade. Até esse gabinete estar pronto, continuaremos a utilizar as instalações que a Câmara nos concedeu para o efeito».

A profissional que desempenha funções nesta resposta social, detém a responsabilidade de elaborar relatórios de avaliação anuais, planificar o trabalho com as famílias, realizar o encaminhamento de indivíduos a outros serviços e, sempre que solicitado, avaliar a idoneidade dos

---

<sup>27</sup> Cf. *Site* da Câmara Municipal a norte do país.

pais através de uma avaliação que vem no âmbito de uma ação judicial «no sentido de perceber e fazer uma avaliação das competências parentais», segundo a transcrição da quarta entrevista

A identidade do Gabinete associa-se a finalidades de apoio bastante diversificadas que se congregam com a ambição de encontrar soluções para os problemas ou necessidades sinalizadas, desenvolvendo uma empenhada articulação com diversas respostas locais e nacionais.

### **Princípios e valores**

No que respeita aos princípios e valores poder-se-á dizer que o Gabinete de Apoio à Parentalidade está alicerçado em valores e crenças positivas.

Entre outros princípios, esta resposta social adota os princípios da «capacitação», do «empoderamento», defendendo a importância de desmistificar a ideia de associar o apoio à parentalidade como sendo da exclusividade de famílias disfuncionais, e reforçando o seu carácter universal, aberto a todos os pais que necessitem de apoio, independentemente da situação de risco psicossocial que possam atravessar. Conforme é abordado na segunda entrevista.

Evitando assim, que ao associar a educação parental à ação social, haja o risco de originar ou despertar um estigma e levar a que as pessoas não se identifiquem com o suporte que lhes poderia ser oferecido.

Assume-se enquanto princípios a universalidade e transversalidade (em termos das áreas de conhecimento utilizadas), dos seus serviços às famílias, sustentado em práticas que não estigmatizem nenhuma família. Atitudes que passam por decisões como a de deslocalizar a educação parental dos serviços de ação social para as escolas - à semelhança do que aconteceu em outras Câmaras Municipais, por este ser um serviço universal onde todos os pais vão e onde estes poderão de algum modo beneficiar da resposta social apresentada pelo Gabinete. Questões abordadas na segunda entrevista.

A par destas atitudes de respeito e valorização das figuras parentais, destaca-se a importância do sentido de sensibilidade e empatia relativamente às diferenças que são características das pessoas/famílias que solicitam apoio.

Esta ligação, ao longo do tempo, permite o desenvolvimento de uma atividade mais equilibrada e permite que a profissional lembre «à família quais são de facto aqui as melhores abordagens a ter com as crianças, [...] pedindo à família para ir fazendo pequenas experiências [...]» (3.<sup>a</sup> entrevista) no sentido de perceber se estas funcionam ou não. Claro está que alguns resultados poderão não surgir

«no imediato, porque estas coisas de facto têm haver com hábitos, até com aspetos culturais enraizados, e, portanto, há aqui um trabalho que às vezes não é imediato mas que tem que ser paulatinamente feito com as famílias para que elas se sintam incluídas e não julgadas.» (3.ª entrevista)

## **População alvo**

### **Destinatários**

O relatório de avaliação relativo ao ano de 2019/2020 regista o acompanhamento de doze pais, de acordo com a quarta entrevista. As restrições pandémicas no ano de 2020 levaram a diversificar o atendimento e outros três casos foram acompanhados por via telefónica perfazendo uma quantidade total de quinze processos.

A indicação dos processos em acompanhamento é, no entanto, difícil de estimar sem estabelecer a sua diferenciação. Há processos que transitam de um ano civil para o outro e processos novos que cujo início do acompanhamento decorreu ao longo do ano de 2020. No total, em dois anos de atuação, o gabinete apoiou cerca de 27 pais/famílias no âmbito do serviço prestado.

Importa sublinhar que as pessoas que solicitam ajuda, por norma, são encaminhadas ou batem à porta, de acordo com a terceira transcrição.

### **Características**

Nestes processos, em conformidade com a terceira entrevista, salienta-se a percentagem de mães de famílias monoparentais, um traço comum das famílias que solicitam de moto próprio por ajuda ou das sinalizados por outras entidades com responsabilidade social. Os pedidos de ajuda são de mães solteiras, divorciadas ou sozinhas.

Relativamente à identificação do público-alvo da intervenção e apoio do Gabinete, os destinatários são pais e mães com filhos. Não obstante, são as mulheres 'sozinhas'<sup>28</sup> com filhos a seu cargo numa situação de múltiplos desafios.

Acresce salientar que, além de multidesafiadas, a procura de apoio destas mães revela o seu espírito e capacidade de resiliência, uma expressão que se evidencia pela sua enorme força,

---

<sup>28</sup> Sem parceiro, ou em que este não esteja presente na vida familiar e educação das crianças.

demonstração de uma vontade em querer melhorar, a coragem para pedir ajuda e a não existência de um sentido de conformismo.

## **Modelo de Intervenção**

### **Referências teóricas**

De acordo com a transcrição da segunda entrevista, «[...] toda gente nos conhece a nós e acabamos por ter esta relação de proximidade que vai sempre no sentido de ajudar as famílias e de ter resposta para aquilo que as famílias nos trazem», o que acaba por facilitar o processo em termos da intervenção.

Os modelos teóricos subjacentes à sua formação, que seguem uma lógica da prática da terapia cognitiva-comportamental, modelos ligados aos modelos de aprendizagem, ao modelo de aprendizagem social de Bandura; existindo um conjunto de referências teóricas que orientam a sua prática profissional, voltados mais para a sua área - psicologia.

Segundo os dados recolhidos em entrevista, «a própria formação parental tem na sua base as teorias cognitivas comportamentais, as teorias sistémicas, que no fundo estão na base da terapia familiar e também a questão da aprendizagem social.» (3.ª entrevista), considerando a profissional que estes três vetores norteiam a matéria humanista na qual esta se identifica.

## **Estratégias Metodológicas**

### **Relação de confiança**

Ao longo dos anos em que desenvolve a sua atividade na autarquia, tem trabalhado e aprofundado o seu conhecimento no que respeita à área da formação parental como refere na segunda entrevista «estou muito ligada, ou estava, [...] às questões da formação parental». Sendo esta uma grande vantagem em termos de atuação do gabinete, possibilitando uma definição mais clara sobre o rumo mais apropriado a dar à 'resposta social', bem como das estratégias mais convenientes para a atenuação ou resolução dos problemas que lhes são apresentados

Em relação à vertente mais prática, sabe-se que o Gabinete dispõe de um roteiro, um guião de trabalho individual com pais em matéria de formação parental, utilizado pela profissional.

A propósito da questão relacionada com a equipa ideal a atuar no Gabinete, a líder destaca o papel que desempenha, abordando as técnicas que utiliza no sentido de «criar a tal relação de

confiança» (2.<sup>a</sup> entrevista) com as pessoas, fundamental para traçar um percurso com vista ao progresso.

Direcionando o nosso olhar para a relação de confiança, a chave para um vínculo de confiança positivo, responde a profissional, está na «[...] escuta ativa, de procurar ver o problema na perspectiva do outro, de validar as dúvidas, as dificuldades, salientar sempre aquilo que efetivamente a pessoa possa fazer de mais positivo e todas as tentativas que fez para resolver o problema [...]» (3.<sup>a</sup> entrevista) e nunca julgar ou fazer com que a pessoa se sinta julgada. Assim, terão um potencial para crescer, pois, e segundo o que a responsável afirma - «muitas das vezes estas famílias já se sentem muito julgadas, seja pela sociedade, pela escola, seja por outras entidades e isso faz com que as pessoas criem naturalmente defesas [...]» (3.<sup>a</sup> entrevista), podendo potenciar uma barreira à evolução.

Entre as várias finalidades da relação que se procura estabelecer entre a profissional e pessoa que solicita por apoio, uma resume-se à vontade desta primeira promover uma participação ativa das famílias no processo de ajuda.

Em concordância com os princípios de Carl Rogers, opta-se por seguir sempre o caminho da “autodeterminação”. Esta, acredita que seja em termos éticos ou profissionais, «as famílias têm todo o direito de decidir se querem ou se não querem a nossa intervenção, se querem ir por um caminho ou por outro» (3.<sup>a</sup> entrevista) e indica que se vê apenas como uma «facilitadora», pelo facto de muitas das vezes as famílias que solicitam por apoio não saberem procurar pelas informações necessárias sobre serviços ou programas e, em consequência, «pedem ajuda porque têm a necessidade de melhorar outro aspeto e não sabem como.» (3.<sup>a</sup> entrevista). Justificando ainda esta forma de atuação, a responsável diz que não se substitui às famílias a respeito de tomadas de decisão, e que apenas indica o caminho através do fornecimento de sugestões às famílias e com base na decisão destas.

«A comunicação não existe sem uma relação terapêutica», foram estas as palavras que a responsável do gabinete utilizou, na terceira entrevista, para destacar a importância de estabelecer uma relação estável com a(s) pessoa(s) com quem se está a trabalhar, em que se vão gerando sentimentos de «aceitação, de validação, com aqueles desafios mínimos necessários para irmos estimulando e produzindo aqui alguma mudança, mas sempre partindo daquilo que é a base dos pressupostos que a família nos traz.» (3.<sup>a</sup> entrevista). Afirma que este tipo de relação tem de ser positiva, os profissionais têm que ser potenciadores de algo positivo, «facilitadores da mudança que a família pretende alcançar» (3.<sup>a</sup> entrevista), há que haver uma «[...] aceitação incondicional, como dizia Carl Rogers, daquilo que são as problemáticas e o modo de funcionamento das famílias que não tem

necessariamente que ser igual [...]» (3.<sup>a</sup> entrevista). Evidenciando ser importante o respeito pelas diferenças.

Relembra, de acordo com a sua experiência profissional, que as práticas parentais mais positivas ainda não estão tão implementadas culturalmente e que o facto de se estabelecer uma relação terapêutica positiva e consistente, permite que esta questão seja trabalhada de uma forma mais descomplicada.

### **Participação das famílias**

Uma das preocupações da investigação prende-se em compreender como é que as famílias podem participar em todo o processo e o feedback que nos foi dado é que esta integração ativa da família é realizada ao longo dos encontros presenciais «com base na disponibilidade que as famílias têm, não que é uma coisa pré-estabelecida, até as sessões são negociadas. Se a pessoa não pode por algum motivo, nós temos flexibilidade [...]» (3.<sup>a</sup> entrevista), sendo este caminho o escolhido, e afirma durante esta entrevista, que é um processo muito democrático «na base da relação, da partilha, da comunicação positiva que vai surgindo com as famílias.». Esta versatilidade, acompanhada da relação de ajuda, é potenciadora de um percurso mais encorajador.

### **Motivação**

Compreensivelmente, a intervenção junto de pais/famílias requer uma continua promoção de motivação, a fim de procurar efetuar de um modo eficiente e eficaz as estratégias estabelecidas e os objetivos inicialmente acordados.

Na terceira entrevista, afirma que a «[...] motivação das famílias é diferente de família para família, há famílias que vêm à partida motivadas e outras que se calhar quando encaminhadas por serviços tem que ser mais bem trabalhada a questão da motivação [...]» lembrando, portanto, da capacidade de perseverança necessária ao período de adaptação das famílias a uma potencial mudança.

Não só é relevante o nível de motivação das famílias como também a do próprio profissional que as acompanha. O papel e motivação do(a) profissional que acompanha as famílias poderá contribuir positiva ou negativamente para o alcançar de resultados otimistas. Neste sentido, importa aprofundar o conhecimento sobre qual a fonte de ânimo de quem coopera com as famílias. Sobre a motivação da profissional, esta afirma que constatar o alívio, verificar progressos e uma melhoria do bem-estar de quem é acompanhado «[...] é extremamente motivador perceber que conseguimos fazer ali um

bocadinho de diferença na vida das pessoas, que conseguimos ajudar a solucionar, que somos parte do processo da solução. A mim enquanto profissional desta área é o que me motiva» (3.<sup>a</sup> entrevista).

Menciona de igual modo a importância de valorar o seu desempenho pessoal, destacando-o como um estímulo e um fator motivacional pela diferença que se faz na vida de quem é acompanhado.

Perguntou-se como eram estimuladas as famílias no âmbito da sua motivação e a profissional justificou que o facto

«de conhecer técnicas básicas de atendimento, de ter estas perspetivas mais humanistas como referência, ajuda bastante. Esta questão da motivação parte sempre de que (...), eu tenho que pensar que as pessoas fazem o que podem com os recursos que têm. E qualquer coisa que façam para lá disso e que vá ao encontro de resolver o problema, que vá ao encontro de melhorar, é obvio que o reforço positivo acaba por ser aqui uma das ferramentas que nós utilizamos sempre: o valor o que a pessoa está a fazer, o dar os parabéns (...).» (3.<sup>a</sup> entrevista).

Algumas vezes, comenta, as pessoas vão para as sessões com a ideia formada de serem péssimos pais ou mães, e/ou que não sabem nada e o desenvolver de autoestima, de «perceberem que afinal fazem muitas coisas bem feitas e são extraordinários porque estão a conseguir, sozinhos, gerir uma série de coisas» (3.<sup>a</sup> entrevista), em prol dos filhos. O dado que se torna imprescindível ao processo é o de elogiar e desenvolver tudo o que as famílias fazem de bem.

O atendimento é o meio onde tudo se desenrola, há «um bocadinho de desconstrução e construção de um espaço seguro onde as pessoas podem ter o tal potencial para se sentirem bem, para se sentirem aceites e para crescerem - consoante aquilo que for o entendimento delas para a direção que elas entenderem que devem seguir sob a nossa orientação, com algumas *guidelines*.» (3.<sup>a</sup> entrevista), onde é sempre procurado deixar as pessoas informadas sobre estratégias a seguir, no sentido de obter o parecer destas.

## **Fases da Intervenção**

### **Identificação de casos e autorreferenciação**

Importa lembrar que a sinalização poderá ser feita por uma qualquer entidade afeta à comunidade ou poderá ser concretizada por iniciativa própria das famílias, assinalando a existência de receios e inquietações, por parte das famílias, no momento em que se aproximam de serviços no domínio da esfera social ou quando há sinalização por outros organismos a estes (*Framework for the Assessment of Children in Need and their Families*, 2000, p.38, 2000, p. 38).

Em consonância com a terceira transcrição, «aos casos que são encaminhados pelos serviços<sup>29</sup>, existe já uma conversa prévia com o técnico que nos remete à situação, que já nos vai dando uma pista de quais são as necessidades daquela situação, daquela família em particular», e que acompanha aqueles casos que «à partida carecem mais das competências parentais», por ser essa a prioridade do gabinete, esclarece.

Por outro lado, não havendo encaminhamento por parte dos serviços e sendo os próprios interessados (família) a “bater à porta”, afirma a psicóloga que

«aí há necessidade de fazermos uma triagem e percebermos o que é que traz a pessoa ao gabinete e percebemos se somos de facto, no caso eu, se sou a pessoa mais indicada para responder à situação por mim própria ou se aqui de facto tenho que interligar com os meus colegas» (3.<sup>a</sup> entrevista).

### **Encaminhamento e primeiro contacto**

De facto, é possível através da terceira entrevista, compreender melhor a problemática em questão. A coordenadora «tenta fazer um enquadramento familiar da situação; perceber o que é que preocupa aquela família; que respostas é que já acionou para resolver o problema; perceber se de facto existe aqui alguma rede de suporte» e onde é procurado «estabelecer algum tipo de ligação mais de apoio, de ajuda a esta família. Nem que seja uma família monoparental.».

Numa fase inicial, durante a entrevista, sabe-se que é procurado «estabelecer uma história de vida, percebermos o enquadramento familiar de cada pessoa, como é que ela cresce e em termos de

---

<sup>29</sup> Por ‘serviços’ interpreta-se entidades que atuam no âmbito da ação social ou tenham algum nível de responsabilidade nesse domínio.

percurso de vida o que vai acontecendo na vida daquela pessoa», identificando quem são as pessoas 'significativas' ao longo do tempo e se ainda se encontram na sua teia de relações, conduzindo à elaboração cronológica dos eventos levando a perceber como é que a pessoa chegou à situação onde se encontra de momento. A descrição mencionada leva-nos a declarar que o fluxograma é utilizado como forma de avaliar os eventos tidos como significativos para estas pessoas e, afirma a líder, que tem as noções do genograma presentes também.

No momento em que a profissional se apercebe de qual a necessidade que está a ser comunicada, revela, que procuram logo de seguida dar a resposta «mais indicada, percebendo que em alguns casos, sendo questões parentais, (...) poderá ser encaminhada para formação parental ou trabalhada em forma individual» (3.<sup>a</sup> entrevista). Sendo efetivamente necessário haver uma articulação com outros serviços, o Gabinete tem por princípio solicitar autorização à família para procurar compreender se a(s) medida(s) ou estratégia(s) que sugerem implementar fazem sentido para a mesma. Inclusive, destacam-se as palavras da responsável, «nada é feito sem que isto seja trabalhado com a família, havendo sempre concordância com a mesma. [...]» (3.<sup>a</sup> entrevista).

### **Trabalho com famílias**

A identificação e quantificação do nível de risco é essencial na primeira avaliação que é realizada, por forma a perceber «se há ali necessidade de trabalhar a família e em que moldes, se de facto aquilo representa para a criança um risco agravado ou não.» (3.<sup>a</sup> entrevista). A Psicóloga aponta a existência de situações mais “benignas” que outras, explicando que caso a família seja monoparental o risco será claramente maior. A avaliação formal do risco, recorrendo a escalas para o efeito, não é feita neste momento.

Para um melhor entendimento sobre os fatores de risco, a responsável salienta os indicadores aos quais procura estar atenta e que lhe permite compreender o nível de risco em que se apresenta a família, coordenando a sua intervenção em concordância com estes; «se a família tem rede de suporte social, se está numa situação de emprego ou desemprego, se é família monoparental se não é, a gravidade dos comportamentos referidos às crianças, se têm problemas na escola ou se não têm.» (3.<sup>a</sup> entrevista). Neste momento, a prioridade consiste em trabalhar na rapidez de deliberação de medidas a seguir, porque no entendimento da líder é vital «[...] agilizar o tempo útil para minimizar aqui o risco e ajudar de forma mais imediata para aquela família nos casos em que nos percebemos que ela é mesma necessária.» (3.<sup>a</sup> entrevista).

Em concreto, a intervenção será efetuada de acordo com as necessidades que a família irá apresentar, não sendo algo que venha a ser imposto intransigentemente pela profissional e reitera que nada «deverá ser imposto às famílias, tenho isso bem presente na minha atuação» (3.<sup>a</sup> entrevista).

As deliberações e medidas a aplicar são discutidas tendo por base a relação de confiança que vai sendo criada e «é a partir dessa base que se consegue de facto a colaboração da família e vai-se percebendo quais são as necessidades e quais são os objetivos que a própria família traz.» (3.<sup>a</sup> entrevista). Inclusive, obter um sentido de compromisso e cooperação por parte da família, em relação ao trabalho que será realizado, é de extrema relevância (*Framework for the Assessment of Children in Need and their Families*, 2000, p.38).

As mulheres solteiras ou divorciadas são o público que a coordenadora mais atende e, esta, procura perceber quais as necessidades apresentadas e o que estas senhoras querem ver resolvido. Explica, «e a partir daí, [...] apresentando possíveis propostas» (3.<sup>a</sup> entrevista), porque torna-se claro, nesta fase, que o Gabinete vai «adequando bastante aquilo que as pessoas pretendem» (3.<sup>a</sup> entrevista), num espírito de autodeterminação.

## **Rede**

O *modus operandi* do gabinete é alicerçado à base da confiança, proximidade, cooperação e trabalho em rede.

Esta resposta social é muito recente e prima por um trabalho em articulação com outras entidades. Até ao momento houve sinalizações feitas por escolas e pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (C.P.C.J), mantendo o gabinete um contacto informal com outras entidades tal como o Centro de Saúde. Todavia, esta questão será ultrapassada brevemente quando a coordenadora, em nome do Gabinete, «apresentar na próxima reunião da rede social [...] o gabinete e aí vamos chegar a todas as instituições sem exceção, lá representadas. Todas do concelho», de acordo com a quarta transcrição, havendo assim «a possibilidade de haver encaminhamentos de diversas instituições.» (4.<sup>a</sup> entrevista).

A dimensão de trabalho em rede é uma prioridade de atuação desta resposta social. Há uma articulação com vários serviços, por exemplo: centro de saúde, as escolas e entidades policiais. Agora, com a provável e já concretizada, reunião com a rede social do concelho - onde se encontram representadas todas as entidades do município, poder-se-á dizer que a organização sistémica estará

mais bem interligada e firme. Pois, até bem pouco tempo, não tinha sido possível agendar uma reunião em conjunto para que a profissional do Gabinete o pudesse apresentar de um modo integral.

Os resultados do estudo de caso levam a sublinhar que a tarefa de coordenação de uma resposta social requer um trabalho colaborativo com uma outra profissional da autarquia, formada em psicologia, e declara a este propósito que todo o trabalho organizativo «está bastante bem dividido» (4.<sup>a</sup> entrevista). A um nível mais interno, o intuito passa por concretizar uma gestão eficiente dos recursos humanos em respeito pelos regulamentos em vigor, com ambição em obter resultados concretos no trabalho desenvolvido em conjunto com as famílias.

O desenvolvimento de um trabalho sistémico é essencial na mobilização de recursos humanos e materiais, bem como na facilitação do acesso a informações privilegiadas sobre as famílias em acompanhamento, pois poderá já existir processo noutras entidades. Destaca-se igualmente, após os encontros com a profissional, o valor atribuído à não sobreposição e/ou repetição de apoios já atribuídos às famílias. Esta afirma, inclusive: «eu desenvolvo a articulação [...] e isto acaba por ser um trabalho em rede [...]; recorro muito à colaboração com os colegas que fazem parte da própria ação social [...]» (4.<sup>a</sup> entrevista) e não é apenas a nível da autarquia, «também articulamos com outros serviços da comunidade que conhecemos bem [...]» (2.<sup>a</sup> entrevista). Portanto, verificando-se a primazia atribuída a este padrão de trabalho.

«[...] Não sou uma equipa, mas sinto que não estou a trabalhar sozinha, todos os colegas acabam por responder e corresponder quando é solicitado e criamos esta rede também é importante para rentabilizar os recursos que já existem [...] e não duplicar recursos. E às vezes não é por termos mais que fazemos melhor. É mesmo esta interligação positiva que existe entre os técnicos, esta partilha, este debate e estamos em sintonia [...]» (2.<sup>a</sup> entrevista).

## 6. Discussão e conclusões finais

---

Pretende-se, neste segmento, aprofundar a análise e interpretação dos dados recolhidos no âmbito da investigação, «a partir dos quais deve ser possível fazer inferências e tirar conclusões» (Haro et al., 2016, p. 168), bem como realizar uma exposição objetiva das dificuldades sentidas no seu decurso – recorrendo às informações obtidas ao longo dos encontros com a profissional do gabinete.

Além de se abordar as limitações, destaca-se que o Gabinete de Apoio à Parentalidade traduz-se numa resposta social inovadora, destaque maior por se inserir no quadro de atuação do poder local. É um serviço que visa apoiar um determinado público, num domínio de interesse relativamente recente, notando-se uma crescente atenção e importância direcionada sobre a sua área de atividade, refletida nas políticas públicas e sociedade civil. Efetivamente, os meios que foram disponibilizados no âmbito deste projeto, de acordo com a segunda entrevista, partem da Câmara Municipal, tanto a disponibilização do espaço como a mobilização de recursos humanos.

Além desta premissa, esta resposta social afigura-se como singular em razão de ter sido fundada por vontade do executivo municipal, sendo a única do país existente numa Câmara Municipal - com tais características estruturais e de funcionamento – vocacionada exclusivamente para a promoção de uma parentalidade positiva.

Os resultados da análise de conteúdo permitem evidenciar que o Gabinete dá cumprimento à Recomendação 19 do Conselho da Europa (2006) aos seus estados-membros. Às entidades públicas é solicitado a criação de respostas sociais que respondam a este desígnio de grande exigência, proporcionando aos pais os meios de apoio apropriados, de forma que estes possam cumprir as suas responsabilidades de educadores e cuidadores dos seus filhos (Carvalho, 2020).

Mas a criação de respostas sociais para apoio à parentalidade positiva com carácter inovador carece do reconhecimento das competências profissionais porquanto são recursos que cabe valorizar pela congregação do conhecimento de base empírica e vocação do trabalho ligados à parentalidade, designadamente na área da educação parental.

Permitindo em particular, responder à exigência de complementar e diversificar o apoio à parentalidade já oferecido no município que leva a propor que o Gabinete contemple preferencialmente, a modalidade de apoio individual aos pais.

A área de formação dos profissionais parece estar predominantemente ligada à Psicologia e a domínios da ciência psicológica que se estendem da Psicologia da Educação e do Desenvolvimento à área da terapia de família e casal. Estes domínios abrangentes asseguram por sua vez o contacto e a inserção do trabalho do Gabinete na rede de psicólogos escolares, profissionais de saúde e dos serviços sociais e não menos importante, aos profissionais dos serviços de proteção à infância.

Apesar deste trabalho em rede e em articulação com profissionais de áreas distintas, reconhece a coordenadora, indubitavelmente, o valor da constituição de uma equipa multidisciplinar formada por profissionais do Serviço Social, da Psicologia, Educação Social e Enfermagem. Considerando-se fundamental, a constituição de uma equipa com competência diversificada, sobretudo nos domínios afetos ao bem-estar daqueles que solicitam por ajuda.

A intervenção na parentalidade é recente (Bettencourt, 2018), sendo que esta é «vista como uma dimensão basilar e essencial da nossa condição de seres humanos, é antes do mais o processo pelo qual uma geração transmite à seguinte os valores, as competências e as atitudes necessários à nossa sobrevivência como espécie» (Lima, 2018, p. 17), pelo que importa assegurar o exercício de uma parentalidade saudável e equilibrada, denominada nesta investigação como - positiva.

O apoio à família é enquadrado por um conjunto de recomendações de natureza política emanadas por agências internacionais, nacionais e locais, instrumentos jurídicos, bem como de orientações para as boas práticas profissionais, algumas destas consensualizadas por organismos representativos dos colégios profissionais. Como foi possível ver ao longo da investigação. Sendo possível afirmar que o suporte parental proporciona inúmeras «vantagens para pais e crianças. Uma [...] é a possibilidade de aumentar em grande escala a qualidade de vida de um conjunto alargado de cidadãos, ao mesmo tempo que contribui para o progresso e para várias mudanças nas sociedades europeias» (Martins & Almeida, 2017, p. 281).

A formação de profissionais qualificados na área parental, designadamente, na educação parental é imprescindível (Nogueira Almeida, 2020), pelo que a intervenção profissional neste domínio é hoje cada vez mais regulada através destes instrumentos que visam harmonizar modelos, processos e etapas da intervenção com as famílias. Assim, o presente trabalho prosseguiu no objetivo de compreender os princípios e pressupostos do apoio à família nos serviços sociais municipais; identificar as etapas e os processos de intervenção inerentes a cada uma, de modo a inferir em que medida as

metodologias, estratégias e instrumentos utilizados traduzem orientações e conhecimentos fundamentados.

Invocando o que fora dito por Martins e Barbieri (2013), que definem a parentalidade como um dos eventos mais relevantes na vida dos indivíduos, assinalando o início de uma nova fase no ciclo vital da família [citando Relvas, 2004], exigindo um conjunto de respostas que, por norma, não integram a componente cognitiva dos pais, requerendo esforços para uma adaptação a novos padrões de vida; percebe-se a relevância na disponibilização de respostas que possam efetivamente apoiar os pais/famílias. Pois, nas circunstâncias em que os menores careçam de mais «cuidados e os pais não têm a preparação e conhecimento necessários e, além disso, associam-se a fatores de risco em relação ao ambiente familiar, a educação desses menores deixa de ser uma tarefa especial ou diferente para ser francamente difícil» (López, Chaves & Quintana, 2010, p.15).

Assim, entende-se, a fim de recorrer a boas práticas na intervenção, ser fulcral entender os princípios, estudar o processo e a execução do plano de ação, tendo presente todos os fatores necessários para uma intervenção personalizada e revestida de dignidade. Inclusive, os autores López, Chaves e Quintana (2011), defendem a existência de vários princípios de atuação para a parentalidade positiva aquando da atuação dos profissionais.

Considerando o resultado da presente investigação, é-nos possível destacar dois aspetos que favoreceriam uma melhor atuação no âmbito da parentalidade positiva: estabelecer um documento de boas práticas, onde constariam, por exemplo, princípios basilares no trabalho com pais/famílias, transversal a todos os profissionais que trabalhem em tal domínio; e a efetivação de um maior investimento em projetos na área da parentalidade positiva.

Em relação ao Gabinete de Apoio à Parentalidade, sublinha-se dois pontos: a importância de fortalecer e divulgar, através de linhas mais claras e na esfera pública, todos os aspetos alusivos aos princípios e valores, objetivos e metodologia. Promovendo, desta forma, um esclarecimento público sobre a componente estrutural e da dinâmica interna afeta a esta resposta social.

E, em segundo lugar, o direcionamento de mais fundos para o mesmo a fim de constituir uma equipa multidisciplinar, permitindo alargar o leque de apoio e contribuindo para um suporte mais diversificado, especializado e personalizado.

Por tais motivos, demonstrou-se interesse e vontade em estudar a sua constituição e modo de funcionamento, com o intuito de compreender e dar a conhecer a sua essência à comunidade académica e em geral.

Naturalmente, qualquer projeto de investigação académica está sujeito ao surgimento de obstáculos ou limitações no âmbito, especialmente, da recolha de dados. Este trabalho, não fugiu à regra.

A presente investigação foi desenvolvida no decorrer de alguns meses, durante uma conjuntura absolutamente atípica e, além da curta margem temporal disponível para se consubstanciar o projeto, surgiram vários outros acontecimentos que acabaram por complicar o processo de recolha de dados e complexificar a orientação do trabalho.

Compreensivelmente, com a questão pandémica e o quadro epidemiológico adverso, houve uma imprescindível necessidade de adaptação, por forma a respeitar as regras sanitárias e salvaguardar o bem-estar de todos os intervenientes. Assim sendo, ficou acordado que os encontros seriam realizados através de videoconferência.

Este foi o primeiro aspeto a ser superado, e destacamos a importância dos encontros presenciais neste tipo de projeto, pois as vantagens de uma dinâmica presencial não se substituem à virtual.

Em relação aos encontros *online*, na generalidade, dá-se nota positiva à qualidade de imagem e som ao longo dos encontros. Porém, importa enunciar a existência de, em vários momentos, quebras de ligação que tiveram uma implicação menos positiva na fluidez de discurso, lógica de raciocínio e perceção da ideia a ser transmitida, só ultrapassadas pela tolerância, retoma e repetição. Houve mesmo o adiamento de um encontro devido a problemas técnicos, associados à qualidade da ligação.

Apesar de todas as salvaguardas e cuidados, a presente investigação sofreu adiamentos devido à COVID- 19 e às complicações agravadas que tiveram de enfrentar os próprios participantes da pesquisa. Repercussões que não se limitaram às condições de saúde física e que exigiram o reforço da resiliência de todos.

Este foi um projeto exigente e termino com uma citação que reflete aspetos fundamentais a reter:

«O desempenho eficaz por parte dos pais, nas suas funções de educação dos filhos no seio do agregado familiar, depende das exigências, pressões e apoios emanados das outras estruturas [...]. A avaliação que os pais fazem da sua capacidade de adaptação e a sua visão da criança, estão relacionadas com factores externos como a flexibilidade de horários de trabalho, a adequação dos serviços de infantário, a disponibilidade de amigos e vizinhos que possam prestar auxílio em casos de pequena ou grande necessidade, a qualidade dos serviços sociais e de saúde, e a segurança da área de residência» (Urie Bronfenbrenner, 1979, p. 7).

Uma visão integral das dinâmicas familiares, fenómenos sociais e conjunturas nacionais e internacionais, são imprescindíveis no trabalho com as famílias.

## 7. Referências Bibliográficas

---

- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barroso, R. G., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, (52-1), 211-229. [https://doi.org/10.14195/1647-8606\\_52-1\\_10](https://doi.org/10.14195/1647-8606_52-1_10).
- Bettencourt, S. M. J. C. (2018). *Parentalidade positiva: Estudo sobre a perceção da importância da participação em programas de educação parental* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade da Madeira. <http://hdl.handle.net/10400.13/1977>.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard university press. [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=OCmbzWka6xUC&oi=fnd&pg=PA3&dq=urie+bronfenbrenner+1979+ecology+human+development&ots=yzM2R\\_USKc&sig=E\\_cyARVwnzwCouVBPuVRihw52ao&redir\\_esc=y#v=onepage&q=urie%20bronfenbrenner%201979%20ecology%20human%20development&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=OCmbzWka6xUC&oi=fnd&pg=PA3&dq=urie+bronfenbrenner+1979+ecology+human+development&ots=yzM2R_USKc&sig=E_cyARVwnzwCouVBPuVRihw52ao&redir_esc=y#v=onepage&q=urie%20bronfenbrenner%201979%20ecology%20human%20development&f=false).
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Sá, O., 2012. pRó. paRental: Um programa de intervenção para pais1. [https://www.researchgate.net/profile/Margarida-Garrido/publication/275340528\\_pRopaRental\\_Um\\_programa\\_de\\_intervencao\\_para\\_pais/links/5538ceca0cf226723ab640ed/pRopaRental-Um-programa-de-intervencao-para-pais.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margarida-Garrido/publication/275340528_pRopaRental_Um_programa_de_intervencao_para_pais/links/5538ceca0cf226723ab640ed/pRopaRental-Um-programa-de-intervencao-para-pais.pdf).
- Carta das Nações Unidas. Assinada a 26 de junho de 1945, entrando em vigor a 24 de outubro do mesmo ano. <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>.
- Carvalho, O. C. (2020). *Crescer juntos na parentalidade positiva: competências profissionais para a Educação parental*. In S. A. S Monteiro, Educação de jovens e adultos: ações de consolidação da agenda (Cap. 13, pp. 122-136). PR: Atena. 10.22533/at.ed.81720140713. <http://hdl.handle.net/11328/3134>
- Carvalhosa, S. F., Domingos, A., & Sequeira, C. (2010). Modelo lógico de um programa de intervenção comunitária–GerAcções. *Análise Psicológica*, 28(3), 479-490. <https://doi.org/10.14417/ap.319>.
- Código Civil Português. 1 de junho de 1967. [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=775&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis).
- Constituição da República Portuguesa. 2 de abril de 1976. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.
- Convenção sobre os Direitos da Criança. 20 de novembro de 1989. [https://www.unicef.pt/media/2766/unicef\\_convenc-a-o\\_dos\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf).

- Cruz, O. (2014). Que parentalidade? *Temas de Direito Da Família e Das Crianças, Centro de Estudos Judiciários*. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/118460/2/308787.pdf>.
- Department of Health, Department for Education and Employment Home Office. 2000. *Framework for the Assessment of Children in Need and their Families*. The Stationery Office. <https://bettercarenetwork.org/sites/default/files/Framework%20for%20the%20Assessment%20of%20Children%20in%20Need%20and%20Their%20Families%20-%20Guidance%20Notes%20and%20Glossary.pdf>.
- Dicionário on-line Priberam. <https://dicionario.priberam.org/>.
- Ferreira J. M. L. (2011). *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância – Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Protecção à criança e à família*. Quid Juris Sociedade Editora.
- Gibbs, G. (2007). *Analyzing qualitative data*. SAGE Publications Ltd.
- Haro. F. A, Serafim J., Cobra J., Faria L., Roque M. I., Ramos M., ... Costa R. (2016). *Investigação em Ciências Sociais – Guia Prático do Estudante*. Pactor.
- López, Chaves & Quintana (2010). *Parentalidad positiva y políticas locales de apoyo a las familias. Orientaciones para favorecer el ejercicio e las responsabilidades parentales desde las corporaciones locales*. Gráficas Nitral SL. Arroyo Bueno, 2. <https://www.mscbs.gob.es/ssi/familiasInfancia/docs/folletoParentalidad.pdf>.
- López, Chaves & Quintana (2011). *Buenas prácticas profesionales para el apoyo a la parentalidad positiva*. Gráficas Nitral SL. Arroyo Bueno, 2. [https://www.observatoriodelainfancia.es/ficherosoia/documentos/4104\\_d\\_BuenasPracticasProfesionales\\_ParentalidadPositiva.pdf](https://www.observatoriodelainfancia.es/ficherosoia/documentos/4104_d_BuenasPracticasProfesionales_ParentalidadPositiva.pdf).
- Martins, C. A., & Barbieri, M. D. C. (2013). Parentalidade: um processo construído na interação. <http://hdl.handle.net/1822/29939>.
- Martins, S. P., & de Almeida, A. M. T. (2017). Necessidades nos apoios à parentalidade: percepções e práticas dos profissionais de saúde. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, 278-282. <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.05.2760>
- Medidas de Protecção das Uniões de facto - Lei n.º 7/2001, de 11 de maio. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/2001-34471975>
- Meirinhos, M., & Osório, A. (2016). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EduSer - Revista de educação*, 2(2). <http://dx.doi.org/10.34620/eduser.v2i2.24>.
- Nogueira Almeida, A. R. (2020). *Formação de profissionais no apoio à parentalidade: quem, porquê e para quê?* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/94487>.

Ornelas, J. (1997). Psicologia comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. *Análise psicológica*, 15(3), 375-388. [https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&as\\_sdt=0%2C5&q=Psicologia+comunit%C3%A1ria%3A+Origens%2C+fundamentos+e+%C3%A1reas+de+interven%C3%A7%C3%A3o.+An%C3%A1lise+psicol%C3%B3gica&btnG=](https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=Psicologia+comunit%C3%A1ria%3A+Origens%2C+fundamentos+e+%C3%A1reas+de+interven%C3%A7%C3%A3o.+An%C3%A1lise+psicol%C3%B3gica&btnG=).

Pordata – Base de Dados Portugal Contemporâneo. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>.

Portugal, A. M., & Alberto, I. M. (2013). Caracterização da comunicação entre progenitores e filhos em idade escolar: estudo com uma amostra portuguesa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(4), 381-391. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000400004>.

Recomendação 19 do Comité de Ministros do Conselho da Europa para os Estados-Membros sobre a Política de Apoio à Parentalidade Positiva. (2006). <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/19464/Recomenda%C3%A7%C3%A3o+2006/e36ba3eb-d849-4ebb-9827-688de3e92f94>.

Regime jurídico das autarquias locais - Lei n.º 75/2013. [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1990&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1990&tabela=leis).

Regulamentação da rede social - Decreto-lei n.º 115/2006. [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?artigo\\_id=1667A0028&nid=1667&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=1667A0028&nid=1667&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao=).

Rodrigues, M. D. L., & Silva, P. A. (2016). A constituição e as políticas públicas em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (NE), 23-32. <http://journals.openedition.org/spp/2578>.

Site da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas. <https://www.apfn.com.pt/vermapa.php>.

Site da Câmara Municipal a norte do país.

Site do Portal Autárquico. <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/entidades-locais/distritos/braga/>.

Site do Portal de dados abertos da Administração Pública: <https://dados.gov.pt/pt/datasets/concelhos-de-portugal/>.

Tomás de Almeida, A. (2020). Parentalidade positiva: Porquê? Perspetiva sociopolítica [Manuscrito não publicado]. Universidade de Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa. Assinado a 29 de outubro de 2004, e publicado no Jornal Oficial da União Europeia em 16 de dezembro de 2004 (Série C, n.º 310). <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/draft-treaty-establishing-a-constitution-for-europe>.

- Trickett, E. J. (2009). Multilevel community-based culturally situated interventions and community impact: An ecological perspective. *American journal of community psychology*, 43(3-4), 257-266. <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s10464-009-9227-y.pdf>.
- Ventura, M. M. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista SoCERJ*, 20(5), 383-386. [https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&as\\_sdt=0%2C5&q=O+estudo+de+caso+como+modalidade+de+pesquisa.+Revista+SoCERJ%2C+20%285%29%2C+383-386.&btnG=](https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=O+estudo+de+caso+como+modalidade+de+pesquisa.+Revista+SoCERJ%2C+20%285%29%2C+383-386.&btnG=).
- Work with Parents National Occupational Standards. <https://dera.ioe.ac.uk/2024/1/work-with-parents-nos-jan-2011.pdf>.

## 8. Anexos

**Anexo A:** Quadro resumo da estrutura e dinâmica do Gabinete de Apoio à Parentalidade.

### Gabinete de Apoio à Parentalidade (Gabinete)

Esferas	Dados
<b>Responsável pelo Gabinete</b>	Detém uma formação base na área da Psicologia e dispõe de formação na área da terapia de família e casal. Com competência na dinamização de ações de formação parental.
<b>Fundação</b>	Gabinete emergiu no ano de 2019, com o apoio integral da Câmara Municipal a norte do país.
<b>Princípios e Valores</b>	<u>Princípios:</u> Capacitação; empoderamento; universalidade; transversalidade; cooperação; igualdade. <u>Valores:</u> Não estigmatização; empatia; solidariedade; confiança; responsabilidade; honestidade.
<b>Gestão do Gabinete</b>	Trabalho desenvolvido em articulação com outros profissionais e entidades.
<b>Equipa de Profissionais</b>	Apenas existe uma profissional da área da Psicologia a atuar no Gabinete.
<b>População Alvo</b>	Famílias que tenham dificuldades em lidar com os desafios diários advindos da parentalidade ou de outros relacionados com esta.
<b>Intervenção</b>	A sinalização poderá ser feita por uma qualquer entidade afeta à comunidade ou por iniciativa própria das famílias.
<b>Encaminhamento e Primeiro Contacto</b>	A prioridade trata-se de acompanhar os casos que «carecem mais das competências parentais». É realizada uma triagem inicial, através da primeira entrevista – realizando um «enquadramento familiar da situação».
<b>Plano para a Intervenção</b>	É elaborado de acordo com as necessidades que a família apresentar. É um trabalho cooperativo. Continua comunicação com a família. Proposta de estratégias à família.
<b>Conhecimento Utilizado</b>	Recurso a técnicas como a entrevista; Ferramentas - genograma; guião de trabalho individual; recorre a <u>modelos</u> de atuação que priorizam a prática da terapia cognitiva-comportamental, ligados aos modelos de aprendizagem, ao modelo de aprendizagem social de <b>Bandura</b> ; Teorias cognitivas comportamentais, teorias sistémicas; modelo humanista de <b>Carl Rogers</b> .

---

<b>Relação de Confiança</b>	Estabelecida através: de uma escuta ativa, procurar ver o problema na perspetiva do outro, de validar as dúvidas, as dificuldades, salientar sempre aquilo que a pessoa faça de positivo e todas as tentativas que fez para resolver o problema; nunca julgar ou fazer com que a pessoa se sinta julgada.
<b>Participação das Famílias</b>	É um processo democrático. Os encontros são marcados com flexibilidade por parte do Gabinete. A família é o agente de mudança, tomando parte ativa na componente decisória.
<b>Motivação</b>	A <u>profissional</u> : Satisfação e sentido de realização ao constatar progressos nas famílias. <u>Famílias</u> : Querer que a dificuldade que apresentam seja ultrapassada, com vista a um melhor estilo de vida, mais saudável e equilibrado.

---

**Anexo B:** Relatórios de atividade por entrevista – Gabinete.

	<b>Ordem de Trabalho/Tópicos Orientadores</b>	<b>Dia Agendado</b>	<b>Hora de Início</b>	<b>Elementos Presentes</b>	<b>Descrição Sumária da Reunião</b>
<b>1º Encontro</b>	<p>Primeiro contacto com as profissionais do Gabinete de Apoio à Parentalidade;</p> <p>Apresentação dos intervenientes – profissionais, docentes e aluno;</p> <p>Introdução à apresentação do projeto inovador - Apoio à Parentalidade Positiva;</p> <p>Apresentação sumária do plano do projeto de dissertação.</p>	22/12/2020	14h 30min	<p>Dra. S.O;</p> <p>Chefe de Divisão;</p> <p>Professora Dra. Ana Tomás - orientadora;</p> <p>Professora Dra. Ana Serrano - orientadora;</p> <p>Mestrando.</p>	<p>Iniciou-se à hora prevista, com a apresentação de todos os elementos que participaram no encontro;</p> <p>Foi abordada a questão da fundação do Gabinete de Apoio à Parentalidade, sublinhando-se o facto de ser um projeto inovador;</p> <p>Houve uma abordagem genérica na explicação da função do Gabinete, que antecedeu à apresentação do mestrando e do seu plano de projeto de dissertação;</p> <p>Ficou acordado a continua realização de encontros, dentro dos limites possíveis;</p> <p>Este primeiro decorreu num registo descontraído, introdutório e foi um bom início de comunicação com as profissionais da Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso.</p>
<b>2º Encontro</b>	<p>Abordagem aprofundada sobre a identidade do Gabinete de Apoio à Parentalidade: a sua designação, localização, missão, visão, ideias, valores, objetivos e finalidade da sua atuação;</p> <p>Aprofundar a questão dos Recursos Humanos: qual a formação dos profissionais em atuação, qual seria</p>	29/01/2021	14h30min	<p>Dra. S.O;</p> <p>Professora Dra. Ana Tomás;</p> <p>Professora Dra. Ana Almeida;</p>	<p>Primeiramente, é imprescindível referir que, a partir do 2º encontro, todas as entrevistas serão registadas em vídeo com o intuito de haver uma transcrição mais exata do que fora dito pela Dra. S.O para suporte papel. Serão transcritos os pontos essenciais do encontro, sobretudo aqueles que dão resposta às questões efetuadas às</p>

	<p>a formação ideal para desempenhar funções no Gabinete, que tipo de experiência é exigida;</p> <p>Refletir sobre quantos profissionais e de que áreas teria a equipa de ser composta, a fim de atingir um nível elevado de eficácia e eficiência no decorrer da sua atividade;</p> <p>Compreender as perspetivas para o futuro, em termos da identidade e composição do Gabinete.</p>			<p>Mestrando.</p>	<p>profissionais. Depois, o documento final será remetido às mesmas, de modo a confirmarem o que fora dito. A interpretação poderá ser subjetiva em vários momentos, portanto esta é uma medida de controlo ao conteúdo do trabalho de transcrição;</p> <p>A Dra. S.O concordou com esta estratégia;</p> <p>Iniciou-se à hora agendada;</p> <p>Foi realizada uma introdução à conversa pela professora Ana Tomás, seguida de algumas palavras por parte da Dra. S.O; O mestrando realizou uma breve e sumária introdução, solicitando pela gravação do encontro para posterior registo escrito. Assegurando que, após a transcrição dos pontos fundamentais, o vídeo seria destruído;</p> <p>Foi, por fim, abordado cada tópico supramencionado de um modo claro, sumário e reflexivo;</p> <p>A Dra. S.O proporcionou um momento de grande aprendizagem, havendo mencionado e fornecido, dados essenciais que contribuíram para um melhor entendimento da identidade, funcionamento e âmbito de atuação do Gabinete;</p> <p>A Professora Ana Tomás realizou algumas intervenções onde, de um modo resumido,</p>
--	---	--	--	-------------------	---

					<p>realizava uma reflexão e síntese do que fora dito pouco tempo antes;</p> <p>A Professora Ana Serrano, por motivos profissionais, apenas conseguiu juntar-se à reunião a meio da mesma, havendo saído um pouco mais cedo pelos mesmos motivos.</p>
<p><b>3º Encontro (Oficial<sup>30</sup>)</b></p>	<p>Público-alvo da atuação do Gabinete – como são identificados os casos e quais os fatores de risco associados;</p> <p>Caraterísticas desta população;</p> <p>Como se desenrola o processo de intervenção (etapas): receção do processo, em que moldes é realizado o 1º atendimento, ações desencadeadas após este 1º encontro, como é efetuado o acompanhamento;</p> <p>Níveis de motivação dos profissionais e de participação de todos os intervenientes no processo;</p> <p>Conhecimentos utilizados: teorias, metodologias, estratégias e instrumentos.</p>	04/03/2021	14h30min	<p>Dra. S.O;</p> <p>Professora Dra. Ana Tomás;</p> <p>Professora Dra. Ana Almeida;</p> <p>Colega de curso;</p> <p>Mestrando.</p>	<p>Iniciou-se à hora agendada;</p> <p>O mestrando procurou aprimorar a sua técnica de entrevista e, nesse sentido, antes de qualquer questão realizada, realizou uma breve e sumária introdução/enquadramento, mencionando referenciais importantes como: instrumentos de avaliação diagnóstica, modelos e técnicas de intervenção individualizada, ferramentas de avaliação de problemas, necessidades, riscos e forças, etc. Sempre com o intuito de perceber aqueles que são utilizados no Gabinete;</p> <p>Fora o supramencionado, a entrevista decorreu de acordo com os moldes do costume: as perguntas foram sempre direcionadas à Dra. S.O; as orientadoras participaram quando achavam que poderiam trazer algo de frutífero para a entrevista, mas sempre procurando empoderá-lo e provê-lo de autonomia;</p>

<sup>30</sup> Devido a problemas técnicos inesperados que dificultaram de uma forma contínua a comunicação entre os presentes, a terceira reunião – originalmente agendada para o dia 26/02/21 – foi remarcada para o dia 04/03/2021. Sendo esta última, a oficialmente registada e considerada no projeto de dissertação.

					<p>A Dra. S.O forneceu dados mais específicos, sobre o público com o qual trabalhar e sobre a estratégias de trabalho com o mesmo, proporcionando um outro momento de valiosa aprendizagem;</p> <p>Chegados ao final do encontro, foi reagendado o dia da próxima entrevista.</p>
<b>4º Encontro (Oficial<sup>31</sup>)</b>	Conjunto de instituições e serviços com as quais o Gabinete de Apoio à Parentalidade poderá contar, a fim de trabalhar na sua área de intervenção.	16/06/2021	12h:00min	Mestrando; Dra. S.O.	<p>Houve um ligeiro atraso inicial, resultado de dificuldades técnicas;</p> <p>Começado o encontro, foi dada uma breve introdução e passagem a questões que visavam esclarecer alguns aspetos relacionados com o público-alvo e denominação do Gabinete.</p> <p>Foi ainda a responsável pelo Gabinete questionada sobre a disponibilidade para, caso se verifique necessário, responder a mais alguma dúvida que surja ao longo da compilação do trabalho;</p> <p>Em suma, foi uma reunião breve que procurou confirmar e esclarecer alguns detalhes definição e atuação do Gabinete.</p>

<sup>31</sup> Por motivos de saúde da Dra. S.O, a quarta reunião – originalmente agendada para o dia 26/03/21 – foi remarçada para o dia 16/06/2021. Sendo esta última, a oficialmente registada e considerada no projeto de dissertação.